



Anais da Assembléia

Nº 54

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE MAIO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Caetano Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró-Guimarães; PT – 05: Angelo Vanhoni - Pérciles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 35.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 1996
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Edgar Bueno e Nelson Garcia.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zarusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (50). - Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Doutor Rosinha, Irineu Colombo, Nereu Moura e Renato Adur (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO

Sob os n.ºs. CITL/SEEG/077 e 078/96, do Senhor Governador do Estado, restituindo a este Poder os Projetos de Lei n.ºs. 110 e 064/95, respectivamente. Ao Conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.º 1204

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4.^o do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N.º 1188

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, realização de Sessão Solene, no dia 21.05.96, alusiva aos 40 Anos de Fundação da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-PR, a serem comemorados no dia 20.05.96.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N.º 1191

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Sessão Legislativa, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Carlos José Lopes Farinha, vice-Prefeito do Município de Moreira Sales, ocorrido em 03 de maio último.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, se dê ciência à família enlutada, aos cuidados da Prefeitura Municipal, à Rua Maria F. da Cruz, 550, Moreira Sales, Paraná, 87370-000.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Lamentável acidente ceifou prematuramente a vida do Senhor Carlos José Lopes Farinha, vice-Prefeito do Município de Moreira Sales.

Homem de destacada atuação política, deixa uma ausência sem precedentes no seio da sua família, da sua comunidade e de todos os que desfrutaram do seu amável convívio.

Pelo exposto, conclamo o aval dos nobres pares para que seja consignado voto de profundo pesar pelo seu desaparecimento.

REQUERIMENTO N.º 1198

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar

à família Rodrigues de Moraes, pelo trágico acontecimento do falecimento do Sr. Manuel Felipe de Moraes, do Município de Inácio Martins.

Mais conhecido como "Poça", nasceu na Cidade de Paranaguá em 13.09.33, foi casado com a Sra. Marilda Jacomel Moraes com quem teve três filhos: Mariel, Marisel e Manuel.

Foi funcionário público municipal, membro do Rotary Club, eleito em 1969, Prefeito do Município de Inácio Martins, e reeleito no ano de 1983.

Era uma pessoa muito querida por todos e gozava da admiração do povo do município da região.

A família enlutada, que Deus na sua infinita bondade dê forças e alento a todos, para que cada um continue no desempenho de suas atribuições nesta vida.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1203

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Marlene Muller, ocorrido no dia 05 de maio do corrente ano na Cidade de Imbituva.

Outrossim, solicita da decisão da mesa seja enviado cópia do requerimento, na pessoa do Sr. Osni Muller e família, à Rua Getúlio Vargas 442, Imbituva-PR.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1218

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEP, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do artista Lafayete Queirolo, ocorrido no último dia 1° do corrente.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Natural de Conselheiro Lafaiete, município situado no interior de Minas Gerais, Queirolo tinha desde criança aptidão em trabalhar com a arte circense. Nasceu numa família de artistas circenses e estreando sob a lona aos 08 anos de idade, Lafayete Queirolo deu continuidade à tradição familiar, casando-se e vindo depois a residir nesta Capital.

Além do picadeiro, seu talento se estendeu ao rádio, teatro e televisão - onde foi um dos pioneiros, atuando em teleteatros ao vivo que eram as novelas da época. Na TV Paranaense, atuou no "Chiquinho Chic-Chic" e no programa do "Capitão Fura-

ção". Na área teatral, entre outras peças, dirigiu "Cinderela", a primeira peça infantil a ser encenada no Teatro Guaíra. Vale ressaltar a nobre atividade de Queirolo na época do Natal, onde dedicava-se à "Fábrica de Papais Noéis", comandando um pequeno exército desses entes natalinos visitando as crianças de toda capital paranaense.

O reconhecimento pelos seus trabalhos realizou-se através dos incontáveis prêmios e títulos recebidos no decurso de sua carreira brilhante, dentre eles o de Cidadão Honorário de Curitiba e do Paraná, Cavaleiro da Boca Maldita e "Bicho do Paraná". Todavia, a mais emocionante homenagem partiu dos formandos do Curso de Comunicação Social da UFPR de 1.993, que o convidaram para ser paraninfo da turma.

Nos últimos anos, Lafayete Queirolo comandava a Promoções Artísticas Queirolo S/A, à frente de um grupo de artistas circenses - incluindo-se seus três filhos e os seis netos, que se apresentavam em shows pelo Paraná e Santa Catarina.

A cultura paranaense perdeu um dos seus mais queridos representantes. Depois de dedicar sua vida inteira ao circo, o estimado artista Lafayete Queirolo foi alegrar outras paragens, deixando para os que aqui permanecem, profundas saudades de um profissional exemplar e legítimo representante da arte milenar circense.

REQUERIMENTO N° 1221

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta egrégia Casa de Leis, voto de profundo pesar à família Mezzomo, pelo falecimento do Sr. João Mezzomo, dos filhos Luciano e Flaviane Mezzomo, e da sobrinha Karina Mezzomo, ocorrido no último dia 28 de abril de 1996.

Do aprovado, requer ainda, seja encaminhado cópia à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O João Mezzomo, 56 anos, residente em São Paulo, sofreu acidente automobilístico quando transitava na Rodovia BR-277, próximo a Guarapuava. Deixa a esposa, Iracema Mezzomo.

No acidente também perderam a vida seus filhos Flaviane (16 anos) e Luciano Mezzomo (18 anos), e a sobrinha Karina (18 anos), filha do casal Pedro e Neli Mezzomo, que residia em Coronel Vivida.

REQUERIMENTO N° 1223

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta egrégia Casa de Leis, voto de profundo pesar à família Ruaro, pelo falecimento do Sr. Luiz Ruaro, ocorrido no último dia 04 de maio de 1996.

Do aprovado, requer ainda, seja encaminhada cópia à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Luiz Ruaro, 46 anos, residente em Pato Branco, teve morte trágica por afogamento quando uma balsa afundou na travessia do Pio Chopim, trajeto Pato Branco - Honório Serpa.

O Sr. Luiz Ruaro era irmão do Vereador Osvaldo Ruaro.

Deixa viúva a Sra. Jucelia Ruaro e os filhos Robson (18 anos) e Roberto (20 anos).

Pessoa muito querida na cidade de Pato Branco, onde por sua conduta e dedicação deixa muitos amigos e o exemplo de pai e esposo a todos aqueles que tiveram a felicidade de conhecê-lo.

REQUERIMENTO N° 1225

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão um voto de de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Hilton de Mattos Leão, ocorrido ontem, nesta Capital.

Requer mais, que da manifestação desta Casa seja dado conhecimento à família do ilustre cidadão desaparecido.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Hilton de Mattos Leão, empresário, diretor da Madeireira Sul Paraná, pertencia a uma tradicional família paranaense, tendo se afirmado como um empreendedor ativo e vigoroso em muitos ramos da economia: agropecuarista, um dos fundadores e diretor da Cia. de Cimento Itambé, tinha empresas em vários Estados do país.

Desaparecido aos 71 anos de idade, Hilton de Mattos Leão, era viúvo da Sra. Neide Rosa Malucelli de Mattos Leão, sendo pai de duas filhas. Irmão do ex-Senador João de Mattos Leão e tio do Conselheiro Artagão de Mattos Leão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o empresário desaparecido tinha um largo círculo de familiares e de amigos.

REQUERIMENTO N° 1228

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas funções e atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário,

rio, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento de Plínio Marangoni, ocorrido no dia 28 próximo passado, em Jardim Alegre - PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência à esposa, Senhora Palmira Marangoni, e família, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Londres n° 730, no Município de Jardim Alegre - PR.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1189

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Associação de Recuperação dos Alcoólatras de Ivaiporã - ARA, alusivos às solenidades do 15° aniversário da Associação e posse da 16ª Diretoria, realizadas no dia 27 próximo passado.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquela Associação, Senhor Walter Henrique Castilho, através de correspondência a ser encaminhada à Av. São Paulo s/n°, CEP: 86870-000, Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1190

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Rádio CEN, alusivos ao seu primeiro aniversário, comemorado no dia 6 próximo passado.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Coordenador Geral daquela emissora, Jornalista José Wille Scholz, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Oyapock n° 649, bairro Cristo Rei, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1206

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Consulado Geral da República da Polônia, pela comemoração da Data Nacional da Polônia.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Consulado Geral da República da Polônia em nome da Cônsul Geral da República da Polônia, Senhor Marek Makowski, a Avenida A. Leão Junior,

234 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1210

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Modesta e Romano Pizzato, que comemorará em 11 de maio do corrente as suas Bodas de Ouro. São 50 anos de união conjugal construída de muito amor e fraternidade. Os valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, culminaram nessa união duradoura e feliz.

A caminhada vitoriosa desse casal deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, proponho a esta Casa de Leis que registre júbilo de todos nós pela data. Nos somamos aos seus filhos Maria de Lourdes, Roberto, Maria da Graça, Rosa Maria, Léo Romano, Izabel Lúcia, Simone e Eduardo, familiares e amigos do casal Modesta e Romano na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1227

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações aos Senhores: Vivaldino Ramos de Souza, Riquira de Mello Bartholdi, Sebastião Lima Domingues, Dirce Meirelles, João Delgado, Nireis Nunes, Marcos Rangel, Terezinha Aparecida de Almeida e José de Oliveira, Diretores e Lideranças da Associação de Moradores da FERROVILA, pelos relevantes trabalhos que desenvolvem na defesa dos direitos das centenas de famílias que habitam aquela comunidade.

Que os mesmos sejam cientificados do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Os dirigentes comunitários que ora homenageamos, representam uma comunidade com mais de 1.600 famílias da cidade de Curitiba, uma das áreas mais polêmicas e perseguidas da Capital, denominada FERROVILA.

A luta das famílias pela regularização e urbanização da área que residem, bem como a busca de benfeitorias como água, luz, abertura de ruas e saneamento, completam em 1996, cinco anos, tendo sempre a frente

a Associação dos Moradores e as Cooperativas das diversas áreas que compõem a FERROVILA.

O desprendimento e abnegação das lideranças na busca de melhores dias a todas as famílias da região, resultou para os moradores uma consciência política, verificada nos debates lá realizados, no baixo índice de criminalidade e na qualidade de vida, conquistada sem a presença do Poder Público Municipal. Hoje a FERROVILA está integrada na cidade de Curitiba, resultado de muito trabalho e consciência de cidadania.

A FERROVILA faz história. O Bairro Novo, localizado no Sítio Cercado, é resultado de negociações do movimento de luta pela moradia de Curitiba, iniciado em 07 de setembro de 1991, que resultou na ocupação de uma área de 12 quilômetros linear, abrigando mais de 1.800 famílias de sem-teto. A FERROVILA passou a existir como uma comunidade unida e disposta a lutar pelo direito a moradia e cidadania.

Curitiba não tinha programa de lotes urbanizados, a partir de então surgiu o Bairro Novo e Gleba da Ordem, conquista do movimento de luta pela moradia de Curitiba e da FERROVILA.

Em 07 de setembro de 1996, a FERROVILA fará cinco anos, adquire maioridade. Ano da II Conferência sobre Assentamentos Humanos, promovido pela ONU - HABITAT II. Que seja o ano dos moradores da FERROVILA e de todos aqueles que moram em áreas ocupadas e loteamentos clandestinos.

Com o presente requerimento, além de prestar homenagem aos moradores e lideranças da FERROVILA, homenageamos igualmente as comunidades da Grande Curitiba que lutam pelo direito a moradia. Pretendemos ainda sensibilizar as autoridades públicas estaduais, a COHAB-CT e a Prefeitura Municipal de Curitiba, para regularizar e urbanizar as áreas da cidade que são consideradas irregulares, por ocupação ou loteamentos clandestinos e paralisar definitivamente as ameaças aos moradores da FERROVILA.

REQUERIMENTO N° 1229

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Sindicato do Comércio Varejista de Veículos, Peças e Acessórios para Veículos no Estado do Paraná, alusivos à comemoração do 40° aniversário do reconhecimento deste Sindicato, a realizar-se no próximo dia 9 de maio de 1996.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquele Sindicato,

Senhor Darci Piana, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Buenos Aires, 324, CEP 80250-070, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1230

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM voto de congratulações ao Senador José Eduardo de Andrade Vieira, pelo importante trabalho desenvolvido como Ministro da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária, em favor do setor agropecuário do Brasil.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, JOCELITO CANTO, JOÃO TECHY, CARLOS SIMÕES, ANTONIO FELINATTI, NEIVO HERALDIN, ANTONIO ANNIBELLI, ORLANDO PESSUTI, JOSÉ MARIA FERREIRA, CEZAR SILVESTRI, EDSON LINO, ALBANOR GOMES, ALGACI TÚLIO, CÉSAR SELEME, WALMOR TRENTINI, ÉLIO FUSCH, EDUARDO TREVISAN, RENEY BORSATO, JOSÉ TAVARES, TOTI COLAÇO, DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI, AUGUSTINHO ZUCCHI, EDGAR BUENO, NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO N° 1214

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada mensagem de cumprimentos ao jornal "O Paraná", da cidade de Cascavel, pela ocasião da passagem de seus 20 anos de fundação, a ocorrer no dia 15 de maio.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Com 20 anos de fundação, o jornal "O Paraná" traz consigo a própria história da Região Oeste do Estado. Circula nos mais diversos municípios paranaenses, levando informação e cultura de primeira qualidade. Merece, portanto, os votos de congratulações desta Casa de Leis, e o incentivo para que continue nesta linha de seriedade e eficiência por muito anos.

REQUERIMENTO N° 1215

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada mensagem de cumprimentos e congratulações à Rádio CEN, de Curitiba, pela passagem de seu 1° aniversário.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Uma nova maneira de fazer jornalismo. Foi assim que a Rádio CEN entrou há um ano

em nossa Capital, trazendo ao nosso conhecimento a notícia na hora em que ela acontece. Uma inovação que com certeza veio para ficar, difundindo a cultura e bem informando a população de Curitiba e Região Metropolitana.

REQUERIMENTO N° 1199

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata da presente sessão, um voto de regozijo pelo transcurso do Dia do Taquígrafo, ocorrido em data de ontem.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A data de ontem marcou o Dia do Taquígrafo, esse profissional que está inserido na dinamicidade do mundo moderno.

Todos sabemos da importância fundamental do Taquígrafo para complementação do trabalho de um bom executivo ou de um parlamentar.

E nesse aspecto, temos nesta Casa o exemplo prático de sua importância, na captação dos discursos, dos apartes e dos debates que aqui ocorrem.

Os trabalhos do taquígrafo agilizam, apressam e contribuem para uma melhor performance e uma boa imagem do executivo, do parlamentar ou do professor que utilizam esses serviços.

Uma entrevista, uma aula, um discurso, uma sessão deste Legislativo, não podem prescindir desses maravilhosos sinais, aos quais se denomina taquigrafia.

A todos os taquígrafos e de um modo muito especial aos taquígrafos desta Casa Legislativa a nossa mais carinhosa homenagem.

REQUERIMENTO N° 1205

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja inscrito em Ata um voto de regozijo pela passagem dos 80 anos de idade do empresário Sr. Darvil José Caron, residente neste Estado.

Darvil Caron, nascido em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, iniciou suas atividades produtivas em Santa Catarina antes de se mudar para o Paraná. Aqui constituiu empresas industriais e comerciais, dedicando-se por último ao Hospital e Maternidade Angelina Caron, onde é Diretor Administrativo e onde seus filhos, os médicos Marco Antonio e Pedro Caron são médicos respeitados e inovadores.

Além do filho Dr. Marco Antonio Caron, Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, o Sr. Darvil possui outros quatro filhos, que ao lado da sua diletta esposa,

Dona Angelina, hoje festeja as oito décadas de vida de um dos mais ilustres empresários de nossa terra e cuja existência, dedicada ao trabalho ainda hoje é motivo de orgulho e de exemplo para nossa gente.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1196

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo agradecimento ao Empresário Antonio de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio, entidade maior que representa todos os Empresários do Comércio e de Serviços do Brasil e também preside os Conselhos Nacionais do SENAC e SESC, Entidades criadas e mantidas pelos empresários há 50 anos, que dia 18 de abril último esteve em visita a esta Casa de Leis, sendo na ocasião recepcionado pelo Presidente Anibal Khury e este signatário.

A visita se constituiu num fortalecimento dos laços de amizade e grande admiração que o Paraná e sua gente tem por estas Entidades, tão bem presididas pelo Dr. Antonio de Oliveira Santos e que tanto fazem pelo país, seja defendendo os interesses do empresariado comercial e de serviços, seja levando qualificação e formação de mão-de-obra e lazer a milhões de comerciários.

Num instante em que se cogita de modificar a forma de arrecadação de recursos por parte destas Entidades e até sua própria existência, convém lembrar que esta Casa já se posicionou junto ao Congresso Nacional e a Presidência da República, em defesa da manutenção das Entidades e da não alteração da forma de arrecadação, através de voto unânime do Plenário.

Reiteramos agradecimentos por sua honrada visita, quando se fazia acompanhar do Jurista e Consultor José Washington Coelho.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1226

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, que esta Casa de Leis, registre em seus Anais votos de desagravo ao Dr. René Ariel Dotti, militante do direito, um dos mais brilhantes juristas do país.

Que o mesmo seja cientificado do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

René Ariel Dotti, advogado de renome nacional, defensor intransigente dos direitos humanos, de presos políticos e jornalistas, sofre hoje calúnias infundadas, pressões e ameaças contra sua vida.

As instituições e poderes, como a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, devem, num momento destes, manifestar-se em sua defesa.

Através do presente requerimento, desejamos apresentar ao exemplar cidadão que sempre primou pela justiça, uma manifestação de solidariedade da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1222

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, moção de apoio à criação do Distrito Industrial de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento: Augustinho Zucchi, Jocelito Canto, Duílio Genari, Albanor Gomes, Luiz Carlos Alborghetti, Walmor Trentini, Luiz Carlos Martins, Nelson Tureck, Joel Coimbra, João Techy, Geraldo Cartário, Neivo Beraldin, Irondi Pugliesi, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Valdir Rossoni, Reny Borsatto, Antonio Annibelli, Sérgio Spada, Orlando Pessuti, César Seleme, Antonio Belinati, Cezar Silvestri, Edson Lino e Nelson Justus.

JUSTIFICATIVA:

Através de projeto de lei, aprovado pela Câmara Municipal, o Prefeito Municipal de São José dos Pinhais, João Batista Ferreira, criou o Distrito Industrial local, destinado preferencialmente à implantação de indústrias e empreendimentos vinculados ao setor automotivo.

Os empreendimentos no Distrito são condicionados à conservação de remanescentes florestais nativos por amostras representativas, manutenção de área de reserva verde, atendimento aos critérios básicos de uso e ocupação do solo e dispositivos de tratamento de efluentes industriais e domésticos, protegendo a área de mananciais.

Gerenciado pela recém-criada Companhia de Desenvolvimento de São José dos Pinhais, o Distrito abrigará o parque industrial automotivo da Renault do Brasil, à qual foi doado terreno com aproximadamente 2.500.000 m² e previsto outro para eventual necessidade de ampliação, daqui a 10 anos.

Além disso, o município concedeu isenção de impostos e taxas municipais às

indústrias implantadas e empreendimentos realizados no Distrito Industrial pelo período de 10 anos.

Essas medidas tomadas pela Prefeitura de São José dos Pinhais não apenas possibilitaram a vinda da Renault, como abre caminho para outros importantes investimentos de fundamental importância para o desenvolvimento do Estado do Paraná, principalmente, com a geração de milhares de novos empregos.

Que o presente requerimento enseje ainda os nossos sinceros cumprimentos ao Prefeito João Batista Ferreira da Cruz e aos Senhores Vereadores de São José dos Pinhais, pela visão estratégica demonstrada com a viabilização do Distrito Industrial daquele município.

REQUERIMENTO N° 1192

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Cássio Taniguchi, Secretário Municipal de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, solicitando a implantação do Projeto "Paraná 12 Meses", para criar ou ampliar Centros Comunitários no Município de Irati.

Estes Centros Comunitários, funcionarão com base nas demandas locais nas áreas de educação informal social ou produção. São os chamados "galpões comunitários", que poderão ser utilizados em serviços como: atividades grupais (reuniões, treinamento), cozinhas comunitárias, indústria artesanal, oficinas de máquinas e equipamentos comunitários, armazéns para produção e armazenagem de insumos, beneficiamento, revenda e comercialização.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1193

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Cássio Taniguchi, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, solicitando a implantação do Projeto "Paraná 12 Meses", na área de construção de moradias na zona rural, no Município de Parol.

Através deste Programa, as famílias beneficiárias poderão construir novas moradias com água, energia elétrica e instalações sanitárias, isto é, em condições adequadas, e terão uma área de terreno destinada à produção de alimentos para autoconsumo, cujos excedentes serão vendidos.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1194

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Cássio Taniguchi, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, solicitando a implantação do Projeto "Paraná 12 Meses", na área de construção de moradias na zona rural, no Município de Quinta do Sol.

Através deste Programa, as famílias beneficiárias poderão construir novas moradias com água, energia elétrica e instalações sanitárias, isto é, em condições adequadas, e terão uma área de terreno destinada à produção de alimentos para autoconsumo, cujos excedentes serão vendidos.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1195

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Bairro do Parolim, proximidades da favela, uma vez que jovens e crianças dirigem-se à mesma a fim de adquirir cola. A situação encontra-se crítica, pois crianças de 7 (sete) anos constantemente são vistas cheirando cola, o que tem deixado todos os moradores do local apavorados. É necessário providências urgentes.

A presença de policiais no bairro é indispensável, pois com certeza intimidará os jovens e crianças ao cheirarem cola, bem como os vendedores desse produto tão tóxico que eles comercializam.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1200

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério da Indústria e Comércio e Turismo, solicitando que a mesma informe com urgência esta Casa de Leis, a quantidade total de carne suína importada pelo País nos anos de 1994 e 1995, nome das empresas que realizaram as importações e os respectivos valores dessas importações.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI
ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1201

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Ministro de Estado da Agricultura, Presidente do Banco do Brasil e Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, solicitando que seja colocado a venda, na modalidade "venda de balcão", as 290 mil toneladas de milho, dos estoques do Governo Federal em AGF existentes no Paraná, e que as outras 320 mil toneladas, que se encontram em EGF, também no Paraná, sejam mantidas aqui, para serem vendidas em leilões, com quantidades limitadas por adquirente, permitindo dessa forma, que os suinocultores paranaenses, venham a adquirir o milho a um preço menor, e possam manter seus plantéis de suínos.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI
ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1202

Senhor Presidente.

A Associação Comercial de Santa Catarina e a Associação de Donas de Casa e Consumidores firmaram, recentemente, acordo que reduz a multa por atraso de pagamento de 10% para 2%. Esta taxa prevalece nos primeiros 30 dias de atraso.

A medida é coerente com uma economia que tem uma taxa mensal de inflação em torno de 1%. A multa de 10% é uma penalização extrema do consumidor. A base legal para a redução da multa está no artigo 107 do Código de Defesa do Consumidor.

É possível, portanto, seguir o exemplo catarinense e estender a redução da multa aos consumidores de outros Estados, beneficiando assim a todos.

Nesse sentido, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente da Associação Comercial do Paraná, Eduardo Guy de Manoel, solicitando ao mesmo estudos com vistas a implantar em nosso Estado a redução da multa por atraso de pagamento.

Outrossim, solicito que da decisão do Plenário seja dada ciência à Federação das Associações Comerciais do Paraná e para as Associações Comerciais e Industriais dos principais municípios do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 1207

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua 2, localizada no Bairro Santa Fé - Guatupê, os quais solicitam melhorias nessa rua, bem como nas outras das proximidades. Ocorre que há muito pó e ao chover, a situação piora ainda mais. Existem também muitos buracos na rua e quando chove, eles e as valetas enchem d'água, causando transtornos a todos. No local não existe rede de esgoto. Todos os detritos e o próprio esgoto correm nas valetas. O mau cheiro é insuportável, além do que há proliferação de animais e insetos nocivos à saúde da população.

Os dois problemas aqui relacionados merecem soluções imediatas por parte da municipalidade, uma vez que a cada dia a situação vem se agravando.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1208

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, para verificar o que vem ocorrendo na Rua 2 - Bairro Santa Fé - Guatupê, no Município de São José dos Pinhais, na rede de energia elétrica do local. Os moradores dessa rua afirmam que nas proximidades há uma invasão e que a energia elétrica fornecida para a mesma é feita através de ligação direta com os postes da Rua 2, acarretando o encarecimento nas contas das residências que têm rede de energia legalizada pela COPEL.

Pedem providências urgentes, a fim de que se alguma injustiça estiver ocorrendo, seja sanada da melhor forma possível.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1209

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido dos usuários do ônibus que faz a linha Jardim Boa Vista, que pedem mais carros nos horários

das 10:55 horas e das 11:30 horas.

Ocorre que esses horários solicitados são justamente os horários em que as crianças saem das aulas, causando superlotação nos ônibus. Muitos transtornos vêm ocorrendo a todos devido o problema acima exposto, motivo que originou o presente pedido.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1211

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de proceder a limpeza e reparos das ruas do Bairro Cidade Jardim, tendo em vista que as mesmas encontram-se completamente abandonadas, cheias de mato e buracos. A situação encontra-se crítica e toda a população vem sendo prejudicada.

Pede-se providências urgentes.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1212

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido da moradora à Rua 2, casa 434, Bairro Santa Fé - Guatupê, localizada no Município de São José dos Pinhais, a qual solicita uma análise na água de sua residência, uma vez que não existe água da SANEPAR e ela utiliza água de seu próprio terreno, através de uma bomba. Afirma ela que a água é muito boa, porém quando chove, ela apresenta problemas. Supõe a requerente que há infiltração das águas das valetas lá existentes, uma vez que nas proximidades não há rede de esgoto.

Pede a Senhora Maria Lúcia Camargo, residente no endereço citado, providências imediatas por parte da SANEPAR, a fim de que o problema possa ser analisado e resolvido o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1213

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no

sentido de intensificar policiamento durante a madrugada no ponto final do ônibus Ahú - Los Angeles, localizado na Rua Jaime Veiga. O local é muito perigoso nesse local, há a presença de muitos vândalos, assaltantes, causando apreensão aos moradores das proximidades. O último acontecimento ocorrido foi a destruição da cobertura do ônibus, necessitando ser substituída por outra.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1216

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de reiterar o pedido através de nosso Requerimento LCM/AL/10.320/95, datado de 17.10.95, e que até a presente data não foi atendido.

Já havíamos encaminhado um pedido à COPEL e ela nos respondeu ser de competência da Prefeitura a implantação de poste no local solicitado.

Segue anexo o Requerimento LCM/AL/10.320/95 e Protocolo n° 2.469.324-4, para comprovação dos fatos.

O presente pedido está sendo feito pelos moradores da localidade, os quais também solicitam a passagem da máquina na Rua Um, local onde foi pedido a implantação do poste.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1217

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Presidência desta Casa, o encaminhamento do expediente em anexo, ao Excelentíssimo Senhor Senador Gilberto Marinho, solicitando informações referentes à tramitação do Processo n° 73/94.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) ALGACI TULIO

"Of. n° 311/96-GIG

Curitiba, em 06 de maio de 1996

Senhor Senador.

Sendo Vossa Excelência o Relator do Processo n° 73/94, da Câmara dos Deputados, referente ao Código de Trânsito Brasileiro e, considerando a alta relevância da matéria para toda a sociedade brasileira, que anseia por uma legislação de trânsito à altura de suas necessidades e realidade de uma Nação que chega ao terceiro milênio com um Código Nacional de Trânsito ultrapassado e obsoleto, vimos pelo presente solicitar informações quanto ao an-

damento do referido processo.

Esclarecemos que, como representante do povo paranaense e como profissional da comunicação, temos acompanhado esta matéria desde que, há cinco anos foi formada a comissão para a sua elaboração e nos causa grande preocupação a sua não apreciação final, o que, sem dúvida, vem contribuindo em muito para a impunidade dos crimes de trânsito.

Colocando à disposição de Vossa Excelência, este Gabinete da Liderança do Governo Jaime Lerner, reiteramos nossos protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente

(a) Deputado ALGACI TÚLIO

Líder do Governo

Excelentíssimo Senhor

GILBERTO MIRANDA

DD. Senador da República

Senado Federal

BRASÍLIA - DF"

REQUERIMENTO N° 1219

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Presidência deste Legislativo, o encaminhamento de solicitação aos Senhores Diretores dos Departamento Nacional de Estrada de Rodagem - DNER, e Departamento de Estradas de Rodagem - DER, do Estado do Paraná, para que providências imediatas sejam tomadas visando dar segurança ao cruzamento existente na BR-277 com Av. Rui Barbosa, no Município de São José dos Pinhais. Assim como na BR-116, no Trevo do Atuba.

Esses dois locais têm sido palco de inúmeros acidentes, pelo que se pede providências urgentes com a colocação de semáforos, lombadas ou outros equipamentos de segurança.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1220

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente, em caráter de urgência, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deni Lineu Schwartz, solicitando as providências necessárias, no sentido de solucionar o problema dos munícipes da cidade de Tamarana que precisam deslocar-se para Curitiba ou para São Paulo, concedendo-lhes o direito de servir-se dos ônibus de linhas intermunicipais, sem ter que dirigir-se à cidade de Londrina, distante 50 (cinquenta) quilômetros.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) JOSÉ MARLA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação, Senhor Presidente, se justifica por razões óbvias, em decorrência de determinações absurdas, impostas pelo D.S.T.C., que não permite às empresas de transporte coletivo intermunicipal que fazem àquele trajeto, uma parada na rodoviária de Tamarana para apanhar ou deixar passageiros, exigindo-lhes um deslocamento até Londrina.

REQUERIMENTO n° 1197

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Presidente da FUNDEPAR, solicitando as seguintes informações:

1. Porque até a presente data não foram realizadas as reformas e ampliações no Colégio Estadual Dr. Epaminondas Ribas, de Ponta Grossa, solicitadas pela Direção, desde 1987?
2. Quais providências estão sendo tomadas para a execução da referida reforma e ampliação do mesmo?
3. Qual a previsão para o início da referida reforma?

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Direção do Colégio Estadual "Dr. Epaminondas Novaes Ribas", de Ponta Grossa, desde 1987 está solicitando à FUNDEPAR reformas e ampliações naquele estabelecimento de ensino. Tanto os alunos como os professores estão enfrentando dificuldades para trabalhar, e a comunidade está há anos cobrando as providências da Direção.

É importante ressaltar que quando a obra estava em processo de licitação, o mesmo foi abruptamente arquivado, sem explicações, vindo a provocar profundo descontentamento em toda a comunidade escolar.

REQUERIMENTO N° 1224

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo, o pronunciamento do Senhor Romeu José Massignan, diretor da COOPER GRÃO, por ocasião da inauguração do novo terminal portuário em Paranaguá.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Animada por princípios como o otimismo, a perseverança e o trabalho, a COOPER GRÃO inaugurou, no último dia 26 de abril, o seu novo terminal portuário em Paranaguá. Com 25 anos de experiência no setor

moageiro de trigo, a empresa foi buscar na mais alta tecnologia disponível, soluções que atendessem às necessidades dos usuários.

Com o total de 33 mil toneladas de estocagem, a COOPER GRÃO estará apta a realizar operações simultâneas de descarga para dois tipos de produtos ou clientes e carregamento de um terceiro. Em pouco tempo, o terminal poderá alcançar a marca de 15 mil toneladas de descargo por dia.

Um empreendimento dessa envergadura não seria possível sem os muitos parceiros que a COOPER GRÃO arregimentou e, principalmente, sem o esforço pessoal de seus dirigentes. Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder pela inauguração, fazendo votos de uma trajetória de crescente sucesso a cada um deles.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 157/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O art. 1° da Lei n° 8.404, de 06 de novembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Reabilitação e Promoção Social do Fissurado Lábio-Palatal - AFISSUR, com sede na cidade de Curitiba."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A apresentação do presente projeto de lei, tem o objetivo de alterar a redação do art. 1°, da Lei n° 8.404, que declarou de Utilidade Pública a Sociedade Promoção Social do Fissurado Lábio-Palatal - PROFIS, que mudou de denominação, por força da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 04 de fevereiro de 1993, para Associação de Reabilitação e Promoção Social do Fissurada Lábio-Palatal - AFISSUR.

PROJETO DE LEI N° 158/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Para os efeitos desta lei, denomina-se auditoria ambiental a realização de avaliações e estudos destinados a determinar:

I - Os níveis efetivos ou potenciais de poluição ou de degradação ambiental por atividades de pessoas físicas ou jurídicas;

II - As condições de operação e de ma-

ntenção dos equipamentos e sistemas de controle de poluição;

III - As medidas necessárias para assegurar a proteção do meio ambiente, da saúde humana e minimizar impactos negativos e recuperar o meio ambiente;

IV - A capacidade dos responsáveis pela operação e manutenção dos sistemas, instalações e equipamentos de proteção do meio ambiente e da saúde dos trabalhadores.

V - Os fatores de risco advindos das atividades potencialmente e efetivamente poluidoras.

Art. 2° - O órgão estadual de meio ambiente determinará, quando necessário, a realização de auditorias ambientais periódicas ou ocasionais, estabelecendo diretrizes e prazos específicos.

Art. 3° - As auditorias ambientais serão realizadas às expensas da empresa objeto de auditoria e com equipe de sua livre escolha, de comprovada habilitação e competência na atividade a ser auditada.

§ 1° - Sempre que julgar necessário, o órgão estadual de meio ambiente, poderá determinar que as auditorias ambientais sejam conduzidas por equipes técnicas independentes do auditado.

§ 2° - Quando as auditorias ambientais forem realizadas por equipes do próprio auditado, pertencentes ao seu quadro funcional, esta não poderá ser composta por técnicos responsáveis pela operação da empresa.

Art. 4° - A responsabilidade técnica pela auditoria ambiental caberá a pelo menos, um profissional de nível superior, devidamente habilitado e credenciado pelo respectivo órgão de fiscalização profissional.

§ 1° - Os auditores ambientais, quer pessoas físicas ou jurídicas, deverão ser cadastrados previamente no órgão estadual de meio ambiente.

§ 2° - O órgão estadual de meio ambiente estabelecerá normas de procedimento contendo critérios a serem seguidos para fins de cadastramentos dos auditores ambientais.

§ 3° - A omissão, sonegação ou falsidade de informações, pelos auditores ambientais, devidamente apuradas, descredenciarão os mesmos para realização de novas auditorias ambientais, sendo o fato comunicado aos respectivos órgãos de fiscalização profissional e à Procuradoria Geral da Justiça.

§ 4° - Os agentes públicos dos órgãos ambientais, não poderão ser cadastrados para realização de auditorias ambientais

no Estado do Paraná.

Art. 5º - Deverão obrigatoriamente realizar auditorias ambientais periódicas, com o intervalo máximo de 03 (três) anos, as empresas com atividades de elevado potencial poluidor, tais como:

I - Refinarias, oleodutos e terminais de petróleo e seus derivados;

II - Instalações destinadas à estocagem de substâncias tóxicas e perigosas;

III - Instalações de processamento e/ou de disposição final de resíduos tóxicos ou perigosos;

IV - Unidades de geração de energia elétrica, em especial, a partir de fontes térmicas e radioativas;

V - Instalações de tratamento e os sistemas de disposição final de esgotos domésticos;

VI - Indústrias petroquímicas e siderúrgicas;

VII - Indústrias químicas e metalúrgicas;

VIII - Instalações portuárias;

IX - Atividades de extração mineral;

X - Instalações de processamento, recuperação de destinação final de lixo urbano;

XI - Indústrias de papel e celulose;

XII - Gasodutos;

XIII - Agroindústrias;

XIV - Usinas de álcool;

XV - Instalações de processamento e destinação final de lixo hospitalar;

XVI - Curtumes;

XVII - Abatedouros de bovinos, ovinos, suínos, caprinos, coelhos, peixes e aves;

XVIII - Instalações de processamento e produção de carvão vegetal;

XIX - Indústrias de produção de cimento;

XX - Marinas;

XXI - Grandes loteamentos urbanos;

XXII - Atividades agrícolas com uso intensivo de agrotóxicos.

§ 1º - Compete ao órgão estadual de meio ambiente, definir as dimensões e características das instalações relacionadas neste artigo, que poderão ser dispensadas da realização de auditorias periódicas, em função de seu pequeno porte ou de seu reduzido potencial poluidor.

§ 2º - A critério do órgão estadual de meio ambiente são também passíveis de auditorias ambientais as atividades públicas ou privadas, que a qualquer tempo gerem ou venham gerar impactos ambientais relevantes ou riscos, em função de seus procedimentos.

Art. 6º - Sempre que constatadas quaisquer infrações ambientais, deverão ser realizadas auditorias ambientais trimestrais sobre os aspectos as mesmas rela-

cionados, até a correção das irregularidades independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 7º - As diretrizes para a realização de auditorias ambientais deverão incluir, entre outras, avaliações relacionadas aos seguintes aspectos:

I - Cumprimento das normas legais relativas à Legislação Ambiental;

II - Cumprimento das condições estabelecidas nas licenças ambientais e no estudo prévio de impacto ambiental, quando houver, bem como as exigências feitas pelas autoridades competentes em matéria ambiental ou sanitária;

III - Dinâmica dos processos operacionais do empreendimento, com o manejo de seus produtos parciais, finais e dos resíduos em geral;

IV - Impacto sobre o meio ambiente, provocado pelas atividades operacionais;

V - Avaliação dos riscos de acidentes e dos planos de contingências, para evacuação e proteção dos trabalhadores e da população situada na área de influência, quando necessário;

VI - Alternativas tecnológicas disponíveis, inclusive de processo industrial e sistemas de monitoramento contínuo, para a redução dos níveis de emissão de poluentes;

VII - Saúde dos trabalhadores e da população lindeira.

§ 1º - O órgão estadual de meio ambiente estabelecerá as diretrizes adicionais e específicas, consideradas necessárias à realização das auditorias ambientais.

§ 2º - No caso de auditorias periódicas, os procedimentos relacionadas à elaboração de diretrizes deverão incluir a consulta à comunidade.

Art. 8º - Todos os documentos relacionados às auditorias ambientais serão acessíveis a consulta pública, preservado o sigilo industrial.

§ 1º - Após a entrega ao órgão governamental responsável, a empresa auditada deverá publicar um edital de comunicação ao público, em periódico de grande circulação, e no Diário Oficial do Estado do Paraná, sob o título de "Auditoria Ambiental", com informação sobre o local, o horário e prazo, este de no mínimo 30 (trinta) dias, em que os documentos poderão ser consultados.

§ 2º - A empresa objeto de auditoria também deverá publicar em periódico de grande circulação no Estado, um resumo do relatório de auditoria, que deverá ser redigida para informação ao público, de forma resumida, clara e em linguagem acessível, contendo os principais resultados e

conclusões da auditoria ambiental.

§ 3º - Deverá constar do resumo do relatório de auditoria a relação das não conformidades legais identificadas no processo de auditoria e a relação da equipe, sendo o mesmo assinado pelo Auditor Ambiental, bem como pelo representante legal da empresa auditada.

§ 4º - A manifestação sobre os documentos relacionados as auditorias ambientais, inclusive o Relatório Final e seu resumo, poderão ser apresentados no prazo de 15 (quinze) dias a partir do prazo estabelecido no § 1º deste artigo, em forma de relatório, devidamente consubstanciado, documento este que será levado em consideração pelo órgão estadual de meio ambiente, quando da aprovação final do processo de auditoria ambiental da empresa auditada.

Art. 9º - As medidas de correção necessárias, a serem implantadas pelo agente poluidor auditado, deverão ser fiscalizadas e terem os prazos de implantação autorizados pelo órgão estadual de meio ambiente.

Parágrafo Único - No plano de correção das não conformidades legais identificadas deverão constar, entre outros, as seguintes informações:

- a) Justificativa técnica para cada uma das soluções apresentadas;
- b) O cronograma físico de implantação das ações corretivas necessárias.

Art. 10 - A realização de auditorias ambientais não exime as atividades efetivamente ou potencialmente poluidoras ou causadoras da degradação ambiental do atendimento a outros requisitos da legislação em vigor, bem como de qualquer ação fiscalizadora, ou das suas obrigações de controle ambiental das atividades.

Art. 11 - A renovação da licença ambiental ficará condicionada a apresentação do último relatório final de auditoria ambiental, na periodicidade estabelecida, bem como a cumprimento das medidas necessárias conforme cronograma aprovado.

Parágrafo Único - O não atendimento implicará no impedimento da renovação da licença além da sujeição às sanções previstas em lei.

Art. 12 - A não viabilização de auditoria na periodicidade estabelecida, a não publicação do edital de comunicação a público e do resumo do relatório final de auditoria ambiental, bem como a não elaboração ou implementação do plano de correção das não conformidades legais identifi-

cadas, segundo o cronograma aprovado, sujeitarão os transgressores:

I - A multa, de acordo com os valores a serem estabelecidos, em regulamento, pelo Poder Executivo;

II - A não renovação de licença ambiental;

III - Ao embargo parcial ou total da atividade.

Parágrafo Único - A reincidência implicará na cassação da licença de instalação.

Art. 13 - O poder público, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, deverá adotar as medidas necessárias para capacitar de forma técnica administrativa e financeira o órgão estadual de meio ambiente no atendimento das finalidades previstas na presente lei.

Art. 14 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O processo de globalização da economia requer uma nova postura com relação à utilização e à conservação dos recursos naturais.

Atualmente, Economia e Ecologia são ciências que devem agir de forma conjunta para possibilitar a implementação de uma política de desenvolvimento sustentável, dentro dos parâmetros da "nova ciência" chamada Bionomia.

As auditorias ambientais constituem um instrumento de gestão ambiental das empresas, dando início ao processo de eco-eficiência através da redução de custos de produção em função do uso racional dos recursos naturais, marketing, ganho de mercado e auto-monitoramento. Sendo as auditorias um dos itens importantes para capacitar as mesmas ao recebimento da certificação da ISO-14000.

Salientamos ainda, que as instituições financeiras internacionais, entre os critérios utilizados para a liberação de recursos, o item meio ambiente (gestão ambiental das empresas) vem sendo um fator de extrema importância para execução das referidas operações financeiras.

Baseado nestes fatores, solicitamos a especial atenção dos nobres pares desta Casa de Leis para a viabilização da aprovação deste Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI N° 159/96

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo auto-

rizado a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar que terá como objetivo transportar alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná.

Art. 2º - Para execução do Programa de que trata o art. 1º, o Poder Executivo poderá firmar convênio com os Municípios do Estado do Paraná.

Art. 3º - Caberá ao Município a organização do roteiro e do transporte dos alunos, de acordo com a necessidade da região.

Art. 4º - O Estado repassará ao município conveniado, recursos suficientes para financiamento do Programa.

Parágrafo Único - Comissão constituída pelo Poder Executivo definirá o custo/aluno do Programa Estadual de Transporte Escolar, composta de 5 (cinco) membros, sendo 02 (dois) indicados pelo Governo Estadual, 02 (dois) indicados pela Federação das Associações de Municípios do Paraná, e 01 (um) indicado pela Assembleia Legislativa.

Art. 5º - Os recursos de que trata o artigo anterior serão repassados através da Secretaria de Estado da Educação, até o último dia útil de cada bimestre do ano.

Art. 6º - Fica autorizada a abertura de crédito suplementar no orçamento da Secretaria de Estado da Educação para dar atendimento às atividades do Programa.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei em até 60 dias a contar da data da sua publicação.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná conta com uma excelente rede de ensino escolar sob a administração pública estadual e municipal. Com o advento da municipalização do ensino de primeiro grau e a reorganização do sistema como um todo, os municípios ficaram a cargo de um volume expressivo de atividades, incluindo o Transporte Escolar. Aliás, é graças a um eficiente sistema instituído a nível de municípios que a Educação no Paraná tem desempenhado papel tão importante no processo de desenvolvimento regional. Entretanto, o peso financeiro do sistema tem trazido sérios problemas aos Municípios e às administrações municipais.

O presente projeto de lei visa dar

condições legais e institucionais ao Estado do Paraná no sentido de efetivar Programa Estadual de Transporte Escolar, dando melhores condições ao trabalho já desenvolvido e de forma quase heróica pelas prefeituras municipais.

Aliás, a Constituição Estadual em seu artigo 286 diz que "os municípios atuarão com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, nos programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental, em consonância com o sistema estadual de ensino."

Já no artigo 187 pode-se ler: "os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, objetivando atender a todas as necessidades exigidas pela universalização do ensino. A Assembleia Legislativa compreendendo o extraordinário papel do transporte escolar no processo do ensino no âmbito do Estado e dos Municípios, definiu constitucionalmente que os recursos empregados em tal Programa podem (e devem) ser creditados ao orçamento-educação.

Atualmente, quase metade dos cerca de dois milhões de alunos da rede pública de ensino já se encontram sob administração municipal, mas além das atividades inerentes ao ensino (prédios públicos, bibliotecas, professores, funcionários), os municípios transportam alunos da rede escolar sob administração estadual. E se assim não o fizessem centenas e até milhares de alunos, que precisam frequentar as séries escolares mantidas pelo Estado, não poderiam estudar. O que seria uma lástima e um caos ao sistema de educação.

Somente à guisa de exemplo do que ocorre em todas as regiões do Estado, no Oeste do Paraná, com 51 municípios, o transporte escolar atende a mais de 36 (trinta e seis) mil alunos da rede estadual, além de outros 13 (treze) mil alunos da rede municipal, totalizando 49 (quarenta e nove) mil alunos/dia, representando cerca de R\$ 837.941,00/mês.

Segundo estudos elaborados pela Federação das Associações de Municípios do Paraná, o transporte escolar consome em média cerca de 12 até 15% do orçamento de muitos municípios, impedindo, inclusive, a realização de outras obras de importância em benefício da população.

Do exposto depreende-se a necessidade de um Programa Estadual de Transporte Escolar em que Estado e Municípios participem* do grande Projeto de Desenvolvimento da Sociedade Paranaense, sobretudo com aporte neste setor imprescindível para a real transformação do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 160/96
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação de Proteção à Infância e à Adolescência - FPIA, com sede e foro no Município de Formosa do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Fundação de Proteção à Infância e à Adolescência - FPIA localizada no Município de Formosa do Oeste, vem prestando um importante atendimento às crianças e adolescentes carentes de 0 a 18 anos de idade daquela cidade.

Além da sede, a Fundação também atende os Municípios de Nova Aurora, Jesuítas, Iracema do Oeste, Cafelândia, Iguatu, Ouro Verde, Ubatuba e Goleão.

Os carentes da instituição, totalizando aproximadamente 35 crianças e adolescentes, sendo de ambos os sexos, recebem diariamente alimentação, medicamentos, orientações pedagógicas, psicológicas, religiosas, culturais, esportivas, profissionalizantes e lazer.

A instituição em questão proporciona ainda, espaço físico, pedagógico, afetivo e cultural da criança recém-nata, até a idade de 12 anos, em estado de abandono, ou por qualquer outro motivo que caracterize uma situação irregular.

PROJETO DE LEI Nº 161/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, para o Município de Sabáudia, área de terra medindo 9.657,50 m², pertencentes ao Estado do Paraná, matrículas nºs 1594 e 1.600, Livro 2, do Registro Geral, do 1º Ofício da Comarca de Arapongas, para fins de construção de uma Capela e demais dependências para melhor atendimento à população.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Tomei a iniciativa de apresentar o presente projeto de lei, levando em consideração o abaixo-assinado enviado ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Sabáudia, pelos moradores do Núcleo Habitacional Primavera e Região, solicitando a nossa interferência no sentido de se conceder a cessão de terreno localizado ao lado da Estrada Velha - pertencente ao Estado do Paraná - ao Município de Sabáudia, para que no mesmo

possa ser construída uma capela e outras dependências que venham atender às necessidades daquela população.

Pela documentação que anexamos a esta proposição, fica provado que a referida faixa de terreno pertence, efetivamente, ao Estado do Paraná, estando em condições de ser aproveitada em benefício daquela coletividade.

Sabemos muito bem da importância e necessidade de um local apropriado para as populações de conjuntos habitacionais se reunirem com a finalidade de orar, estudar a Bíblia, discutir assuntos que podem melhorar as condições de vida das crianças, dos jovens, dos pais de família, dos idosos, bem como de áreas de lazer.

Assim sendo, espero poder contar com o apoio dos nobres colegas, no sentido da aprovação desta matéria, bem como do Exmo. Sr. Governador do Estado, por intermédio da sanção.

PROJETO DE LEI Nº 162/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Mosteiro da Ressurreição, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Mosteiro da Ressurreição, situada à Rodovia do Café Km 05, Município de Ponta Grossa, presta inúmeros serviços de auxílio à comunidade e aos carentes. A área religiosa do Mosteiro tem atuação na formação dos candidatos à vida religiosa, proporcionando os meios de subsistência e cursos de formação monástica, filosófica e teológica nos níveis de graduação e pós-graduação.

Na área de assistência social, o Mosteiro atende à população periférica carente com mantimentos, roupas, medicamentos e serviços como cessão de telefone, curativos, transporte em situações de emergência.

Na área científico/cultural, o Mosteiro atua através de seu coro, gravando discos de música sacra conhecidos nacional e internacionalmente, dos diversos ateliês de artes plásticas e recentemente está ingressando na área editorial, com a finalidade de publicar obras de teologia e espiritualidade.

PROJETO DE LEI Nº 163/96

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Qualquer operação policial que vise a desocupação de áreas invadidas para assentamento, deverá obrigatoriamente ser acompanhada de Comissão Especial composta por representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e órgãos oficiais aqui especificados.

Art. 2º - A Comissão será formada por 05 (cinco) membros titulares, com suplentes em igual número, assim indicados:

- a) um deputado estadual representante do Poder Legislativo;
- b) um magistrado representante do Poder Judiciário;
- c) um representante do Poder Executivo;
- d) um Promotor de Justiça representante do Ministério Público; e
- e) um representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 3º - Os membros serão indicados pelos titulares dos respectivos poderes ou órgãos oficiais.

Art. 4º - A Comissão será presidida por um dos seus membros eleito pela maioria, sendo escolhido na mesma oportunidade o vice-Presidente.

Art. 5º - Os membros titulares e suplentes serão substituídos a cada 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos à função, à critério dos Poderes ou Órgãos que representam.

Art. 6º - A Secretaria de Estado da Segurança Pública, através do Comando da Polícia Militar ou Direção da Polícia Civil, tão logo receba mandado judicial para a desocupação, deverá, antes de tomar qualquer iniciativa, comunicar o Presidente da Comissão, ou na sua ausência, o vice-Presidente.

§ 1º - ao tomar conhecimento da Ordem Legal, o Presidente da Comissão imediatamente convocará os demais membros, que juntamente com o comandante da operação procurará um entendimento com o representante ou comissão dos invasores, buscando uma desocupação pacífica.

§ 2º - Esgotadas as possibilidades de acordo, e sendo inevitável o uso de força policial, o Comandante da operação não poderá fazê-lo sem ação policial a ser utilizado para efetuar a desocupação da área.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

As invasões de áreas por trabalhadores sem-terra, em busca de assentamento, têm sido cada vez mais frequentes.

Proprietários de áreas invadidas, para garantir a reintegração de posse, sendo legítimo o pleito, conseguem perante a justiça, ordem legal para desocupação.

Para o cumprimento do mandato é requisitada força policial, podendo na ação a ser desenvolvida ocorrer o indesejável enfrentamento, e em consequência possíveis vítimas.

O que pretendemos com a proposição ora apresentada, é evitar o confronto entre a polícia e os trabalhadores sem-terra, resguardando assim a integridade física tanto dos trabalhadores como dos policiais. Acreditamos que com a participação de uma comissão, que terá o objetivo primordial de negociar com o representante dos invasores uma retirada pacífica, a desocupação será efetivada com mais tranquilidade, e a polícia apenas acompanhará a retirada, sem precisar se utilizar de força e enfrentamento.

Todavia, a nossa proposta prevê ainda que, esgotadas as possibilidades de acordo, e sendo inevitável o uso de força policial, a comissão tenha prévio conhecimento do plano de ação policial a ser empregada para o cumprimento da Ordem Legal. (Art. 6º, § 2º).

De certa forma, o referido dispositivo é apenas uma precaução, pois estamos convictos de que a comissão alcançará êxito em todas as suas participações, evitando o trauma de um confronto e possíveis vítimas.

PROJETO DE LEI N° 164/96

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - É obrigatório o uso de faróis baixos ligados para os veículos automotores de qualquer categoria, nas rodovias do Estado do Paraná.

Art. 2º - O descumprimento desta lei importará em pena de multa.

Art. 3º - O Poder Executivo, através do Órgão competente, regulamentará a presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

O Brasil tem sido um dos campeões mundiais em acidentes de trânsito. Dados do Ministério dos Transportes nos dão conta

que no ano de 1995 ocorreram 95.499 acidentes nas estradas Brasileiras, nos quais estiveram envolvidos 159.605 veículos.

Nestes acidentes morreram 7.090 pessoas, 18.343 ficaram gravemente feridas e 37.252 tiveram ferimentos leves. Dentre os mortos 1.917 eram pedestres que provavelmente não conseguiram visualizar o automóvel no momento da travessia da estrada. Ao contrário do que muitos pensam a maioria desses acidentes ocorreu durante o dia, com tempo bom e em retas. Pesquisa que realizamos nos mostram que do número total de acidentes 68,03% ocorreram nas retas, 22,74% nas curvas e 9,18% nos cruzamentos. Os dados ainda nos informam que 61,03% destes acidentes aconteceram durante o dia e 38,97 à noite e, por fim, que 74,59% ocorreram com tempo bom, 22,26% com chuva e apenas 3,15% com neblina. De posse destes números o Ministério dos Transportes chegou a conclusão de que a principal causadora dos acidentes foi a falta de atenção dos motoristas, responsável por 36.602 casos, tendo como segunda responsável a velocidade incompatível, com 9.880 casos e os defeitos na pista e da sinalização foram responsáveis por 1.578.

A proposta que apresentamos no sentido de tornar obrigatório o tráfego dos automóveis de qualquer categoria com os faróis baixos acesos durante o dia nas rodovias de nosso Estado objetiva exatamente fazer com que a atenção dos motoristas e pedestres seja maior. Experiências como essa já fazem parte do cotidiano de motoristas de países como a Suécia, onde a lei obrigando o uso dos faróis acesos vigora desde a década de 60, e Canadá, cuja lei vigora desde 94. Nestes países o uso do farol baixo ligado durante o dia é obrigatório inclusive nas cidades, e mais, os veículos já saem de fábrica com um dispositivo que aciona os faróis automaticamente ao se ligar o veículo. O resultado desta simples medida foi que nos países citados o número de colisões frontais caiu 15% e o de atropelamentos 20%.

Uma pesquisa Canadense afirma que um automóvel pode ser visto com as luzes acesas durante o dia a uma distância de três quilômetros. O farol baixo ligado durante o dia chama a atenção mas não incomoda, e ainda ajuda pedestres e motoristas de outros veículos no cálculo da distância, da direção e da velocidade do veículo.

O Coordenador Nacional do Programa de Redução de Acidentes nas Estradas do Ministério dos Transportes, José Roberto de Souza Dias afirma que, seguramente o uso dos faróis baixos acesos durante o dia diminuiria o número de atropelamentos em 50%. Segundo José Roberto, hoje em dia qualquer pessoa que trafegar com o farol baixo ligado durante o dia receberá um

monte de avisos de outros motoristas e também dos pedestres numa demonstração de que o automóvel está sendo visto e chamando a atenção de todos.

Na verdade é importante todos nós nos conscientizarmos que o ato de dirigir, principalmente em um país como o Brasil é uma atividade perigosa que coloca a vida de muitas pessoas em perigo, e o uso dos faróis ligados põe a todos em estado de "alerta".

Importante ainda salientar que esta medida não importa em aumento de custos para o proprietário do veículo, uma vez que a bateria se autocarrega permanentemente com o simples funcionamento do veículo, e também é uma medida de fácil fiscalização.

Por todo o exposto, dada a importância do tema, esperamos o apoio de todos os nossos estimados companheiros parlamentares a esta medida que pode evitar a perda de muitas vidas e assim ajudar nosso país a deixar de ser, o que muito nos envergonha e entristece, um dos campeões mundiais em acidentes no trânsito.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Chamaria a atenção de todos os companheiros, que eu quero falar hoje, meu caro Líder Rossoni, demais companheiros, quero falar hoje de uma coisa que esse Paraná não está se preocupando, e que analisando os últimos dias, nós começamos a refletir sobre algo que nós chamamos de "A representatividade do Estado do Paraná no Governo Fernando Henrique Cardoso".

E como membro do PSDB hoje, integrante da Bancada do PSDB, e também como um paranaense eleito pelo sagrado voto do eleitor do Paraná, quero hoje discutir com os companheiros, com os Senhores Deputados e com o povo do Paraná, a nossa representatividade em Brasília.

Até dias atrás nós tínhamos um Ministro. O Estado do Paraná tinha um Ministro que representava os interesses do Paraná a nível de Ministério. E como nós temos uma briga pessoal juntamente com os companheiros de Ponta Grossa, para que Ponta Grossa tenha um representante no Governo do Estado a nível de Secretaria.

Acho justo também que levantamos a partir de agora, um movimento a nível de Paraná, para que o Paraná tenha um Ministro a nível de Governo Fernando Henrique.

E vamos começar lembrando primeiro de José Eduardo Andrade Vieira, criticado, massacrado por alguns, festejado por ou-

tros até desta Casa, no momento em que cai o Ministro da Agricultura. E o Paraná acaba ficando sem Ministro.

O Paraná ficou sem Ministro e ninguém deu bola, ficou todo mundo quieto, todo mundo aplaudiu, alguns aplaudiram, outros choraram, e o Paraná acabou ficando sem Ministro.

E os Senhores já se deram conta do que isso significa? O Estado do Paraná não ter no Governo Federal um Ministério?

O Paraná é um importante Estado deste País, é um dos mais importantes desta Nação. E os Senhores pararam para pensar Senhores Deputados? Que nós não temos um Ministro no Governo Federal, não temos por que? Primeiro porque depois de muita luta de algumas pessoas, de muita desavença acabaram tirando o único Ministro que o Paraná tinha, se bem ou mal era o Ministro do Paraná.

Aqueles que acharam que saíram vitoriosos quando derrubaram o Ministro José Eduardo Andrade Vieira, não deveriam festejar, porque hoje o Paraná não tem um Ministro, o Paraná está sem um Ministro, o Estado do Paraná com tudo que tem, com toda a sua pujança não tem hoje um Ministro em Brasília.

E o que que nós estamos fazendo? Estamos parados, estamos fazendo de conta que está tudo bem, e não brigamos por aquilo que é nosso, o bairrismo pelo Ministério do Estado do Paraná, e ninguém se deu conta disso. Não se deu conta que em Brasília o Paraná perdeu um importante posto, perdeu o ministério que tinha.

E nós estamos fazendo o quê?

Estamos parados, não estamos trabalhando para que se mude essa situação. E que o Paraná, um grande Estado tenha pelo menos, um Ministério.

O Rio Grande do Sul, tem dois. O Rio Grande do Sul, tanto combatido que era um Estado atrasado tem dois Ministérios.

E o Paraná, nenhum! Mas, por que não tem nenhum? Porque, conseguiram derrubar o único homem que estava representando o Paraná, bem ou mal estava lá, era o nosso, que estava dentro do Governo Federal, independente dos Partidos.

E agora, nós vamos continuar calados, Senhores Deputados?

Nós vamos continuar Paraná, ouvindo sem que lá dentro da Mesa de Ministros...

Solicito o Horário do PSDB.

Ainda, chamaria a atenção dos Senhores Deputados.

Nós temos quem para ser Ministro, hoje?

Quem do Paraná pode oferecer ao Presidente da República?

Quais são os nomes, Deputado Romaneli, nas fileiras dos diversos Partidos Políticos, aqui no Estado representados, fo-

ra José Eduardo, que deixou o Ministério?

Quem nós poderíamos indicar para ser Ministro?

Quem o Governador do Estado, poderia começar essa luta nessa caminhada?

E digo, aos Senhores que a partir de hoje vou fazer uma campanha no Paraná inteiro, para que o Estado do Paraná tenha um Ministro. Um Ministro dentro do Governo Fernando Henrique Cardoso.

O Paraná, não pode ser esquecido, e diria mais tem um homem muito respeitado neste Estado, e que poderia ser Ministro, deveria ser Ministro nesse Governo. E já foi convidado para ser Ministro e não quis.

Mas, nesse momento, em nome da representatividade do Estado do Paraná, Senhores Deputados, gostaria de sugerir aos companheiros, que nós fizéssemos um manifesto para que o Ex-Governador, José Richa que é do PSDB, reflita sobre o seu pensamento de abandonar a política. Que não quer mais nada com a política, e que pense que este Estado precisa dele hoje.

O Estado do Paraná precisa, hoje, do apoio do ex-Governador José Richa. Que está um pouco chateado, porque perdeu uma eleição para Governador. E nos disse um dia numa entrevista que deixou a vida pública, porque havia recebido um recado do Estado do Paraná para deixar a política. Não posso concordar com isso.

Então, nesse momento Senhores Deputados, gostaria de ter o apoio dos Senhores para que nós brigássemos por uma coisa nossa, que é o Ministério para o Estado do Paraná.

Um dos homens mais cotados, hoje, um dos homens mais cotados a nível de Brasil, hoje, seria o nosso Ex-Governador José Richa.

Que poderia ser ele, basta ele querer, tenho certeza que será.

Permito o aparte, se a Presidência permitir.

O Sr. Geraldo Cartário - Agradeço o aparte de V.Exa.!

E quando V.Exa. fala que o Paraná se calou, especialmente a Assembléia Legislativa se calou, com a saída do eminente, grande homem público, o Ministro José Eduardo, Senador da República pelo nosso Estado. V.Exa. há de entender que realmente o Paraná é o suporte da decência, da honestidade deste País.

Pode ser que o Paraná, não produza, talvez, o maior número de grãos, talvez, não produza e tenha só o maior parque de máquinas do País. Mas, o Paraná tem a maior decência de homens honestos, homens competentes, que não negociam.

E o nosso Ministro José Eduardo, só pediu o seu desligamento desse Governo, do

PSDB, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo fato do próprio Presidente reconhecer de quem está mandando no Brasil é o nosso Ministro da Economia. Porque, nem o Ministro do Planejamento José Serra, está se entendendo mais.

Logicamente, que para se entrar no "rolo compressor" do Ministro da Fazenda, do Ministro daquele que libera recursos, ele achou por bem, esse Ministro que não conhece a realidade do interior do Brasil.

Achou por bem segurar a inflação em cima do coitado do trabalhador rural. Por isso, que o nosso Ministro José Eduardo, simplesmente sabendo que nesse governo, enquanto ali estiver à frente, esse Pedro Malan que está gerenciando os recursos.

Um governo, que na verdade, não está construindo absolutamente nada. O Senhor veja no caso do Paraná, as rodovias, as estradas, todas mantidas pelos cofres públicos do Estado. Um Governo completamente despreparado, que não tem capacidade de enfrentar a Reforma Agrária, os desafios sociais, que fica usando a mídia, a televisão, para cada dia mais enganar; não está pagando a dívida interna e nem a externa; não está trazendo investimentos em área nenhuma deste País.

Por essa razão que eu quero me congratular com Vossa Excelência, pelo alerta que faz. E tenho certeza que todos os paranaenses, principalmente, os Deputados, entendem perfeitamente a saída do Ministro José Eduardo: saiu pela decência administrativa, pela honestidade, das quais ele é possuidor.

O SR. JOCELITO CANTO - Se o Deputado Nelson Tureck nos conceder o prazer - se o nosso líder Valdir Rossoni permitir - concedo um aparte ao Deputado Tureck, concedendo o tempo o PDT.

O Sr. Nelson Tureck - Queria me solidarizar com o pronunciamento do Deputado Jocelito Canto, pela preocupação quanto a representatividade do Estado do Paraná.

Só queria dar meu testemunho também, dizendo que o Paraná é um Estado feliz, onde tem o Deputado Federal Reinhold Stephanes, um grande homem público. É um homem que honra o Estado do Paraná, assim como o Ministro José Eduardo.

O Ministro José Eduardo quis colocar em prática o seu plano para a nossa agricultura, mas infelizmente, uma equipe econômica, que muitas vezes não entende e não sabe que por aqui não passa.

Somos nós, os Deputados que enfrentamos o interior do Paraná e sabemos das dificuldades que passam os nossos agricultores. E o José Eduardo com o seu projeto extraordinário, o qual nós conhecemos, não foi possível a sua realização.

Quero dar os parabéns e dizer que o Paraná perdeu um grande Ministro, o José Eduardo.

O SR. JOCELITO CANTO - Para finalizar, Senhor Presidente, só gostaria de destacar de que nós precisamos é ter a participação de mais um Ministro deste Governo. De não perder a representatividade, que o Paraná está perdendo.

Acho que o Paraná não pode ficar atrás de outros estados, mesmo porque o Paraná é um Estado importante nesta Nação.

Então, solicito, nesta tarde, e faço um pedido, principalmente à bancada do PSDB, aos companheiros, a juventude do PSDB do Paraná, a juventude de todos os partidos, faço um apelo aqui, um pedido especial ao nosso ex-Governador José Richa para que reflita sobre aquele seu pensamento, de acabar, de não participar mais da política e acabe aceitando aquele convite, que já lhe foi feito por várias vezes, para que o mesmo assumisse o cargo de Ministro de Estado do Paraná.

Então, é um pedido que faço, porque acredito que o Governador Richa, tem condições tranquilas de ser mais um Ministro do Estado do Paraná.

Portanto, ao encerrar as minhas palavras, mais uma vez brigamos por um espaço para esse Estado, e esse Estado merece ter o ex-Governador José Richa como Ministro do Estado. E o PSDB também quer que o ex-Governador José Richa seja levado a condição de Ministro.

E eu gostaria que ele refletisse, refletisse muito sobre todos aqueles convites que lhe foram oferecidos, para que ele voltasse a pensar nessa posição e que voltasse - porque o Paraná inteiro gosta dele, gosta do seu trabalho e gostaria de tê-lo como Ministro.

É por isso, que ao encerrar as minhas palavras, Senhor Presidente, gostaria de deixar registrado que em nome do Município de Ponta Grossa, dos Campos Gerais e do Paraná, nós estamos fazendo esse pedido, para que com a sua maturidade, com o respeito que tem com o Presidente da República ele possa aceitar, superar-se a si mesmo, que disse que não queria mais participar da política, mas que ele faça mais um sacrifício em nome do Paraná e possa pensar sobre essa idéia e voltar atrás e ser o Ministro de Estado que o Paraná precisa.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. ALBANOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só para fazer o registro da presença nesse Plenário, dos Vereadores Neli C. Manfron e Eugênio T., Donislau G, Jorge S. do Município de Ivaí, e dos companheiros Luiz Antonio S e Silvio S.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Presidência associa com as boas vindas aos nossos visitantes.

E concedo a palavra ainda no Pequeno Expediente, ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna, nesta tarde, trazer ao conhecimento de Vossas Excelências, que estou, Deputado Toti Colaço, fazendo duas representações, uma junta ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e outra Deputado Neivo Beraldin, nobre Presidente, ao Excelentíssimo Senhor Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná.

E faço essas duas representações por uma questão de coerência, porque não é factível, Deputado Péricles, que nós, quando nós vejamos na nossa intimidade, na nossa vida privada, somos violentados nos direitos de cidadãos que conquistamos, conquistaram aqueles que lutaram pelo restabelecimento das liberdades públicas neste País.

No último domingo, estava em casa, descansando, quando recebi na minha sala a presença do Governador Jaime Lerner. O Governador, numa atitude abusiva, porque dentro da minha casa, e durante 10 minutos fez, na verdade, um poema, um poema lindo que seria de escrevê-lo nos Anais Publicitários como uma peça fantástica, se vivêssemos aqui uma Campanha Eleitoral.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não era o espaço reservado que os candidatos têm nas Campanhas eleitorais, que a Justiça Eleitoral concede aos Partidos Políticos, aos Candidatos, não.

Era o Governador do meu Estado gastando dinheiro público para sua promoção pessoal.

Num flagrante desafio ao Artigo 27 da Constituição Estadual, que proíbe que o Governante aos símbolos da sua administração, sejam veiculados nos meios de comunicação.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é impossível, por mais boa vontade que a gente tenha de assistir ao Governador subir e fazer lá um poema sobre o sonho, sobre o coração, a coragem de sonhar um grande sonho.

E foi sonho Deputado Alborghetti a tarde inteira, que o Governador Jaime Lerner ficou vendendo a população paranaense. Gastou milhares e milhares de reais, como aliás está fazendo hoje em todos os jornais paranaenses, porque está ali nos jornais paranaenses todos, desde domingo com essa grande matéria de duas páginas,

duas páginas que poderiam estar sendo ocupadas para mudar a situação das mortes no trânsito em Curitiba, que só no mês de abril, 93 curitibanos morreram no trânsito de Curitiba, isso no local do acidente, sem contabilizar os hospitais, dos 38 homicídios.

Ora, não é possível na verdade, buscar neste panfleto do jornal que todo o Paraná vê - "aqui o sonho acontece". Na verdade é o seguinte, desculpem-me os Senhores Deputados que apoiam o Governo, mas o que está aqui neste Jornal não é verdade, se o Governador estivesse comunicando fatos, que fossem relevantes ao Paraná, se fossem na verdade fatos que justificassem a presença do Governador no vídeo, até se aplaudiria.

Não! O Governador fez pesquisa de opinião em todo o nosso estado e nas pesquisas identificou que a população está descrente com o seu Governo, chamaram os marketólogos e definiram: vamos fazer uma peça publicitária para levantar a imagem do Governador e do Governo, para que fique mais fácil é claro palatável o Governador vender seus candidatos no dia 03.10. Mas olha minha gente! Conheço os Senhores que estão aqui, e sabem V.Exas. que não é com Jornal, com propaganda na televisão que se ganha a eleição. O povo, Deputado Valdir Rossoni, o povo que V.Exa. representa, o povo de União da Vitória o povo da brilhante cidade que V. Exa. teve a oportunidade de ser Prefeito em Bituruna não quer saber de propaganda, ele quer obra, quer serviço, quer equipamento, quer um governo atuante.

É por isso Sr. Presidente, Srs. Deputados que eu estou apresentando e representando na Procuradoria Geral da Justiça para que o Procurador instaure Inquérito Civil Público, no sentido de judicialmente determinasse as providências legais a fim de ser restituídos aos cofres públicos, devidamente atualizados com correção monetária juros e multas, os valores dispensados a título de produção e divulgação e veiculação das propagandas ilegais destinadas a promoção pessoal do Governador Jaime Lerner, fixando o débito do responsável Art. 19 XVI, qual seja, o Sr. Governador do Estado e Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social Sr. Jaime Lechinski.

Sejam notificadas as autoridades acima nominadas para que o prazo fixado de 24 horas cessem a propaganda ilegal ora denunciada, determinando-se a Secretaria do Estado da Comunicação Social que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da Lei. E que seja requisitado ao governo do Estado a cópia do contrato com as agências de propaganda. Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é da maté-

ria do jornal que eu estou falando, estou falando para que fique muito claro aqui, para que depois não venham me mandar recados que, os poderosos não estão gostando de se questionar propaganda. O que estou questionando é o uso para promoção pessoal flagrantemente desrespeitando a Constituição Estadual por parte do Senhor Governador do Estado no comercial que está veiculando, na campanha publicitária milionária. Porque não dá mais para aguentar. Um governo que diz que está fazendo transformação.

Onde estão as obras? Ora, meu Deus do céu, se ele tampasse os buracos que estão na Rodovia do Café, ou então na 151, restaurasse minimamente o pavimento das Rodovias Federais, esse governo já faria uma grande obra se ele tampasse os buracos. Não é possível, que o Programa como o de Qualidade de Ensino que foi formulado e assinado depois, pelo Governador Mário Pereira, seja agora transformado numa Universidade do Professor em Faxinal do Céu, que é na verdade um desperdício terrível do dinheiro público. Vossas Excelências sabem das dificuldades que o governo tem para poder fazer reajuste salarial para o magistério.

Não é possível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o governo que fica falando em privatizar a Ferroeste, quer privatizar a Usina de Caxias, quando fizemos, em Segredo, a obra de construção de uma hidrelétrica mais barata da história deste país. O governo vai à televisão e diz que vai privatizar a Usina de Caxias. Vossas Excelências autorizaram o governo a privatizar a Usina de Caxias? Mais do que isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o governo fala que até o final do governo vai assentar 50 mil famílias nas Vilas Rurais. Ora, a Vila Rural, projeto maravilhoso, mas quantas vilas rurais foram feitas até agora? Cerca de dez Vilas Rurais, não mais de 500 moradias, ou seja, de comercial, de propaganda o povo já está de saco cheio.

O que o povo quer é serviço, ele quer um governo que esteja preocupado com a agricultura, com a educação, com a saúde pública que está um caos. Não tenho aqui, mas recebi em meu gabinete Vossas Excelências receberam também, uma revista da Secretaria de Saúde, e eu queria ver distribuir aquela publicação, Deputado Péricles, nas filas dos SUS em Curitiba e no interior do Paraná.

Chega de propaganda enganosa, chega de mentir para a população. Que o governo coloque uma botina e que vá amassar barro por este Paraná, vá comer poeira para saber como é que deve ser governado o Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Com a palavra o Deputado Eduardo Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Senhor Presidente, caríssimos Deputados.

Subo a esta tribuna para comunicar que, protocolei na Assembléia mais um Projeto de Lei de nossa autoria que, considero de grande importância para a segurança dos motoristas e pedestres aqui do nosso Estado do Paraná.

Esse Projeto ao ser apresentado, ele vem acompanhado do nosso interesse de, ao mesmo tempo, em que ele percorre as Comissões dessa Assembléia Legislativa, que ele seja acompanhado de uma campanha, uma campanha institucional, com o apoio dos meios de comunicação e de organizações do nosso Estado para que, uma vez implantado nós possamos realmente contribuir para que o nosso país deixe de aparecer como um dos campeões mundiais de acidentes de trânsito. Este Projeto tem por objetivo estabelecer a obrigatoriedade do uso do farol baixo por veículos de qualquer categoria em todas as rodovias do Paraná. A inspiração para apresentá-lo partiu de um estudo, de uma pesquisa que fizemos, na qual constatamos que dos acidentes ocorridos nas rodovias de nosso país a maior parte deles ocorre durante o dia, nas retas, e com tempo bom.

Só para dar uns números para sabermos exatamente a quantidade e a porcentagem que cada categoria desses acidentes representam no conjunto de todos eles. Diria aos Parlamentares que de todos os acidentes ocorridos nas estradas brasileiras no ano de 1995, 68% delas ocorreram nas retas; 22% nas curvas e 9%, apenas, nos cruzamentos. Informo, ainda, que de todos os acidentes ocorridos - 74% deles ocorreram em tempo bom; 22% com chuva e apenas 3% com neblina. Outro dado importante que a maioria deles se deu nas retas com tempo bom e 74% durante o dia, e 38%, à noite. Os dados nos atestam o seguinte: a maioria dos acidentes, ocorreu durante o dia, com tempo bom e nas retas. A partir desses números o Departamento Nacional de Prevenção aos Acidentes de Trânsito - um órgão do Ministério dos Transportes - chegou à seguinte conclusão: a maioria dos acidentes ocorridos nas estradas brasileiras ocorrem por falta de atenção dos motoristas. Não é as más condições das estradas, a falta de sinalização, a embriaguez do motorista que provoca a maioria dos acidentes. A principal responsável por esses acidentes é a falta de atenção dos motoristas. Em segundo lugar vem a velocidade incompatível. E em terceiro lugar defeitos na pista e defeitos na sinalização.

A partir desses números e olhando a experiência e o exemplo de países de pri-

meiro mundo como a Suécia e o Canadá que, medida como essa, já foi implantada há muitos anos e com sucesso. Basta dizer que na Suécia, por exemplo, desde 1980 é obrigatório o trânsito de veículos de qualquer natureza, tanto nas estradas como na cidade o uso do farol baixo dos automóveis ligados. E tanto essa medida se incorporou à vida daqueles cidadãos e tanto ela obteve sucesso na diminuição dos acidentes de trânsito, dos atropelamentos, na Suécia pesquisa indicam que o simples ato de acender o farol baixo nas rodovias diminuiu em 50% o número de atropelamentos. As fábricas, tanto foi o sucesso dessa medida, que as fábricas de automóveis, na Suécia, já dotam os automóveis de um dispositivo que ao ser acionada a ignição do veículo automaticamente o farol se acende.

Presidente, passo a usar o Horário do PTB.

Tanto foi sucesso que as fábricas implantaram, então, esses dispositivos nos automóveis que eles já saem de fábrica com uma vez acionada a ignição os faróis já se acendem. Devido a estes estudos que aqui fizemos e olhando as experiências de outros países é que apresentei esta proposta na Assembléia Legislativa e que também já recebeu o impulso de uma campanha nós lançamos no sábado passado. Além da aprovação desse Projeto que eu já aproveito para pedir o apoio dos companheiros Deputados porque o assunto é da mais alta importância, ele será acompanhado de uma campanha institucional, pretendo fazer o lançamento desse Projeto em vários pontos do Estado, já fiz contatos com os órgãos de comunicação, a imprensa falada, escrita e televisionada, pedindo apoio para que implantem esta idéia e que também nos ajudem a implantar no Estado do Paraná.

É bem verdade que ela sozinha não vai resolver o grave problema dos acidentes de trânsito, nas rodovias aqui do nosso Estado e do País. De modo que é um conjunto de fatores que contribuem para que o Brasil seja um dos campeões mundiais de acidentes de trânsito. É a imperícia dos motoristas, as más condições dos veículos, as estradas em péssimo estado de conservação, a sinalização deteriorada e a impunidade. É esta expectativa de que mesmo agindo com imprudência, sendo irresponsável, o motorista ainda que cause o acidente com morte ou com danos graves à integridade física de outros, ele não vai sofrer represálias de justiça. Todo esse conjunto de perversidades de trânsito o que muito nos envergonham. Esse Projeto evidentemente que uma vez aprovado não vai representar a panaceia desse problema mas é um passo que nós vamos dar no sentido de diminuirmos esse índice e contribuirmos para que o Brasil consiga se estabelecer dentro do

parâmetro aceitável para um país civilizado que nós queremos que seja no futuro em breve.

Os argumentos à favor são inúmeros, citei aqui apenas alguns além destes que estes que já apresentei, eu poderia dizer, o ato de acender o farol baixo durante o dia nas rodovias não incomoda ninguém, muito pelo contrário, chama a atenção e pode ser visto a mais de 3 km de distância. Muitos dos acidentes que ocorrem nas estradas a exemplo desse que aconteceu em São José dos Pinhais e que vitimou 8 crianças e 1 senhora que estavam na caminhonete que estava esperando no cruzamento para entrar na rodovia, é bem verdade que o motorista admitiu que havia tomado bebida alcoólica, mas muitas vezes ocorre porque o motorista ao tentar entrar na rodovia de um cruzamento não consegue enxergar o veículo que está vindo dada à cor do veículo de difícil visualização, então ele pode contribuir para diminuir este tipo de acidente. Muitos atropelamentos que ocorrem quando a vítima sobrevive e é questionada de como se envolveu num acidente como este, ela acaba afirmando que não viu o veículo, não sabia que estava tão próximo, ou não sabia que ele estava andando tão rápido.

Além desse argumento importante existe o do custo. Quanto vai custar para o dono do carro? Nada. Não é energia elétrica de uma casa, não está pedindo para usar energia da COPEL. O carro tem uma bateria que se recarrega automaticamente pelo simples ato do carro funcionar, então não há despesa nenhuma a mais, é uma medida de segurança que estabelece uma direção consciente e preventiva. Os números do Brasil demonstram que os acidentes de trânsito matam mais que as guerras, então o ato de dirigir e todos nós temos que ter essa consciência, é um ato perigoso que coloca a vida não só nossa, mas também dos outros em perigo e tem que ser exercido com preocupação e cautela e ao acender as luzes nas estradas, todos os motoristas acabam se conscientizando se preocupando, percebendo que estão a exercer uma atividade perigosa.

Acho que dada a importância do assunto, do tema, com os números que nós aqui apresentamos, ainda que alguns companheiros queiram questionar a competência do Poder Legislativo do Estado do Paraná em legislar sobre assuntos de trânsito, lembraria aos Deputados aqui presentes que o cinto de segurança também diz respeito a trânsito e seria competência da União mas entendendo a importância na vida de cada cidadão, a Prefeitura de Curitiba baixou uma norma estabelecendo a obrigatoriedade do uso de cinto de segurança nos limites do Município de Curitiba, estabelecendo

inclusive a multa. Após o Município de Curitiba ter feito isso, o Estado do Paraná através do DETRAN, baixou uma resolução determinando a obrigatoriedade do uso de cinto de segurança em todos os limites do Estado do Paraná.

E agora tendo em vista medidas semelhantes de outros Municípios, de outros Estados, hoje todo o País se vê obrigado, e é uma Lei Nacional, o CONTRAN que é o Conselho Nacional, ele implantou a obrigatoriedade do uso de cinto em todo o País. Acho que, nós Deputados aqui podemos também tomarmos essa iniciativa, não nos preocuparmos tanto com essas filigranas jurídicas que muitas vezes impedem que propostas de nossa autoria prosperem e consigam se tornar realidade, e por isso especialmente aos membros da C.C.J., notadamente os mais aguerridos aí como o Nerone, que não se preocupem tanto com essas filigranas jurídicas e permitam que o Projeto prospere.

Concedo o aparte ao Deputado Nerone.

O Sr. Emerson Nerone - Nós encontramos também itens que falam da supremacia de uma lei sobre a outra e no tocante ao seu Projeto, quanto a constitucionalidade do seu Projeto, nós entendemos que cabe ao Estado sim refutar, porque o Estado não está tratando, normatizando sobre Leis de trânsito mas sobre normas de respeito à vida dentro das estradas do Paraná.

Portanto, a Lei de defesa à vida, supera as Leis de trânsito, por isso a nossa Constituição enquanto encarregada de cuidar do bem-estar da população do Paraná, tem direito sim, legislar sobre isso, queira ou não queira o CONTRAN, e nós vamos aplicar a sua Lei sim.

Só gostaria de fazer uma afirmação, sei que V.Exa. não tem conhecimento disso, exatamente porque o nosso processo legislativo não é informatizado. Parece-me que há uma coincidência de Projetos do Deputado Irineu Colombo, parece-me que deu entrada também a um Projeto, praticamente junto o seu Projeto, e provavelmente os dois irão para a Comissão de Constituição e Justiça. E nós temos a informação que nem o Deputado Irineu Colombo sabia do Projeto de sua autoria e nem V.Exa. sabia da autoria do Deputado Irineu Colombo, por isso provavelmente vão discutir esses dois Projetos juntos e provavelmente unidos num só Projeto.

Mas gostaria já de antecipar o meu voto favorável, a minha parabenização a esse Projeto, exatamente por entender que no âmbito da competência do Estado não poderíamos legislar sobre outros assuntos que não fossem o respeito à vida dentro das estradas do Paraná. E nesse aspecto nós somos sim constitucionalmente encarre-

gados de legislar, obrigados de legislar e esse seu Projeto vem ao encontro dessa minha visão jurídica, por entender que ele beneficia diretamente o Estado, a população do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Muito obrigado, Deputado Nerone.

Presidente, acabei de receber aqui a notícia de que posso usar o Horário do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - O Senhor pode usar nesse momento, a partir com o Horário do PFL, sendo que já usou 3, 4 minutos, V.Exa. tem mais 3 minutos e meio.

O SR. RICARDO CHAB - Deputado Trevisan, gostaria de colocar aqui nessa Assembléia, que acho de extrema importância a questão dos veículos transitarem com as luzes acesas, porque pesquisas comprovadas, eu até falava para o Deputado, que um particular amigo meu, colega meu de faculdade, o inspetor Fari da Polícia Rodoviária Federal. Tem estudos, tem cópias de estudos realizados em diversas partes do mundo, que já adotaram essa prática, e que o carro transitando com o farol aceso inibe realmente o motorista que vem em direção no sentido contrário, eu acho que extrema importância.

Agora, Deputado, quero aproveitar esse aparte, para fazer aqui um alerta e pedir até licença a essa Casa hoje a tarde, porque vou me ausentar da Sessão, vou a São José dos Pinhais, porque no vizinho Município de São José dos Pinhais, tivemos uma tragédia no último domingo à noite, um trágico acidente, num cruzamento extremamente perigoso, e que eu como jornalista faço referência desse cruzamento há dez anos. É um cruzamento perigoso, já matou dezenas de famílias, já ceifou centenas de vidas.

E lamentavelmente nesse final de semana, uma outra tragédia, com a morte de 8 crianças e a adulta, uma jovem Senhora grávida inclusive no sétimo mês. Então num total de nove pessoas mortas, com o feto dez pessoas mortas.

Agora, sabe qual foi Deputado a solução apresentada pelo DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagem) para se evitar o acidente nesse ponto que é extremamente crítico na BR-277? Para quem não sabe BR-277 é que liga Curitiba ao Porto de Paranaguá, e tem um fluxo de veículos pesados, que é por onde passam as carretas que transportam. E que ali na BR-277 termina a Avenida, uma avenida de pista dupla, que liga na verdade a BR-376 com a

BR-277.

Sabe qual foi a solução apresentada, Deputado?

A sua preocupação em pedir aqui, nesta Casa que os carros transitem com a luz acesa para evitar o acidente.

E o DNER, quer instalar agora, a toque de caixa semáforo, ali no cruzamento.

Ora, gente! Solução paliativa!

Comprovante, aqui em Curitiba aonde instalaram um semáforo, ao longo da BR 116, só tivemos mortes.

Está ali, o semáforo da Vila São Pedro, na BR-116 que cujo o apelido é semáforo da morte.

Então, espera um pouquinho, o DER vem apresentar uma solução paliativa.

Na verdade o que a Comunidade quer? Quer banir as mortes! Como? Fazendo uma solução definitiva, o viaduto, a trincheira ou o elevado como queiram.

Então, vou pedir licença ao Plenário para me ausentar agora, às 16 horas para uma reunião.

Acho de extrema importância, acho que este Poder Legislativo, tem sim, Deputado Trevisan, de se preocupar com as mortes no trânsito.

Nós temos que nos preocupar com as mortes no trânsito, nós, o Poder Legislativo, nós temos por obrigação em levantar a questão da segurança no trânsito, porque são 50 mil pessoas que morrem por ano nesta guerra chamada trânsito do País.

Muito obrigado, Deputado!

O SR. EDUARDO TREVISAN - Só para dar um dado.

Assisti ao programa do Deputado Alborghetti, outro dia pela televisão, e ele mostrava um gráfico dos mortos, as causas de mortes aqui:

- em primeiro lugar: o trânsito;
- em segundo: homicídios;
- em terceiro: afogamentos.

Causou-me estranheza, o trânsito mata mais que qualquer coisa no Paraná e no Brasil!

O Sr. Algaci Túlio - Agradeço o aparte!

Cumprimento-o pelo seu Projeto de Lei, acho de extraordinária envergadura no momento em que estamos todos nós discutindo a questão de trânsito. E justamente numa época de muito nevoeiro, que nós vamos ter agora com a entrada do inverno, é necessário que esses veículos trafeguem com as luzes acesas.

O Deputado Chab, fazia menção agora da tragédia que nós presenciamos no final de semana, aqui em Curitiba, na Região Metropolitana. Nove pessoas que perderam a vida, pela imprudência do motorista, pelo excesso de velocidade de uma carreta que transportava soja em direção ao Porto de

Paranaguá, no local em que todos nós, envolvidos na comunicação de Curitiba, temos gritado há muitos anos já, a necessidade de se fazer ali alguma coisa.

Mas, ao mesmo tempo Deputado, aproveito o gancho para dizer que estou encaminhando à Mesa, hoje, um Requerimento encaminhado ao Senador Gilberto Miranda, no Senado Federal, porque lá existe um novo código de trânsito que há muitos anos está parado, não tem uma solução. E evidentemente o que, nós estamos vendo aí?

O caso exemplo, aqui de São José dos Pinhais, o motorista que saiu de uma festa, onde tomou duas latas de cerveja, colocou na carroceria de uma caminhoneta dez crianças, ele acabou cruzando inadvertidamente esta rua, matando essas nove crianças, entre elas, uma filha sua, e o restante todos sobrinhos, e que agora, diz que quer se suicidar, como querendo consertar a sua irresponsabilidade.

O que eu queria dizer, é de que este motorista foi apenas colocado como, enquadrado em crime de homicídio culposo, quando na verdade deveria ser um crime de homicídio doloso, porque na verdade ele acabou ceifando a vida de nove pessoas, pela sua irresponsabilidade.

Então, o Código Nacional de Trânsito, já está ultrapassado, já está obsoleto e por esta razão é necessário que o Congresso Nacional, o Senado, mexa nesse novo Código, coloque em discussão, faça as alterações que se fazem necessárias para que nós acabemos com a impunidade, senão vai continuar sendo veículo, a arma utilizada por irresponsáveis no volante, ceifando a vida de dezenas, centenas e milhares de pessoas.

Parabenizo-o pelo seu Projeto, é de um grande alcance e traz um grande benefício à segurança das estradas.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Quero agradecer os apertes de todos os Deputados e manifestar a minha, não só esperança, mas a certeza de que o projeto será aprovado, alertando, desde já os nobres parlamentares o seguinte: essa norma, hoje, não existe a obrigatoriedade de que se trafegue com os faróis acesos nas nossas rodovias, mas nada impede que quem quiser, trafegue, ainda que a lei não seja aprovada.

• Uma vez a lei sendo aprovada, é norma obrigatória e todos têm que cumpri-la, sob pena de multa. Ainda que a lei não seja aprovada, se a lei não proíbe, ela permite. Qualquer um que quiser, pode desde já trafegar com as luzes acesas. Naturalmente, os deputados do interior vão viajar, com maior segurança, contribuindo para que a campanha seja cada vez mais de conheci-

mento de toda a sociedade do Estado do Paraná.

Muito obrigado a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Pela Ordem, o Deputado João Techy.

O SR. JOÃO TECHY - Só queria anunciar entre nós, aqui no Plenário, o Poder Legislativo de Ivaí, que através de seu Presidente, Bronislau Graniska e os Veradores, Neri Manfron, Jorge Chociai e Eugênio Tomacheski.

E também parabenizar o nosso colega Eduardo Trevisan e dizer que aprovo esse projeto e vou andar de luz acesa também.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Essa Presidência se associa com as boas vindas aos ilustres visitantes, e concede a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Sr. Presidente, demais Deputados, assumo esta tribuna para comunicar à Casa a apresentação nesta tarde, de autoria deste Deputado, o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Transporte Escolar.

Hoje, nós estamos a presenciar um custo extremamente elevado para os municípios, quando lá, no interior do município, ele se vê obrigado a realizar o transporte escolar dos alunos também pertencentes ao Estado. E sem nenhuma compensação, sem nenhuma contrapartida nesse processo e dispendendo muitas vezes recursos além da sua capacidade de investimento na saúde.

Alguns índices, meu caro Presidente do Bloco Municipalista, Deputado Toti Colaço, excedendo, inclusive, a 35% dos recursos investidos em educação.

Muitos desses recursos girando em torno de 12% a 15%, conforme levantamento da Federação Municipalista do Paraná, reportam-se a transporte. E deste transporte, parcela considerável, são de alunos oriundos referentes aos Estados.

É por conseguinte um projeto, que visa trazer ao Estado do Paraná uma maior dinâmica e uma maior equidade dos investimentos na educação, permitindo que os municípios possam cumprir a sua finalidade e ficando resguardado, sobretudo, de recursos para que possa investir em outras áreas.

Este projeto permite ao Governo do Estado estabelecer convênios com as Prefeituras e pagando uma parcela, restituindo uma parcela destes valores aos municípios, de acordo com o aluno matriculado bimestralmente.

Com certeza virá favorecer a educação

do Estado do Paraná e, sobretudo, também aos próprios municípios, que hoje passam por dificuldades extremas. Após a Constituição de 88, muitas atribuições que foram imputadas, no entanto, os recursos são sempre escassos para fazer face a esses novos investimentos, a essas novas obrigações, que hoje se caracterizam à ação municipal.

Trago também a esta Casa o desejo de ver este projeto aprovado pelo Plenário, porque não é um projeto simplesmente tratando de questões menores, mas é um projeto, que trata da questão educacional.

Trata do compromisso que o Estado deveria ter e, que não tem, não é de agora, não. Já é de antes. Um município já vem executando esta parcela de compromisso, que seria do Estado, já há algum tempo.

Por isso, tenho certeza, Senhor Líder do Governo, Algaci Túlio, a Bancada do Governo também será encaminhada, no sentido de que possa tornar lei e os Municípios serem restituídos dessa parcela de investimento que fazem em nome da educação e de responsabilidade, com certeza do Estado do Paraná, porque se não fosse pela Ação Municipal, grande parte dos 2 milhões de alunos que os municípios transportam eles não frequentariam as aulas e nós teríamos o nosso processo educacional e o nosso processo de formação dos nossos jovens complicado ainda mais.

Portanto, se faz urgente e se faz premente que nós estabeleçamos uma lei de restituição e de reparo das perdas financeiras dos Municípios, para que tenhamos condições dos mesmos investirem no pré-escolar e na 1.^a a 4.^a séries primárias.

Nós também trazemos, protocolamos na Mesa nesta tarde, um Requerimento endereçado ao Senhor Secretário de Transportes Deny Schwartz, no qual solicita providências do referido Secretário junto ao DSTC, para que o ônibus, meu caro Belinati, que passam por Tamarana, tanto no sentido de Ivaiporã - São Paulo, como o sentido Londrina- Curitiba, possam pegar passageiros no Município de Londrina, Distrito de Londrina, e com certeza, a partir de 1.^o de janeiro, o Município de Tamarana.

É uma injustiça, é uma incoerência que se impõe ao Município de Tamarana, porque ele tem que se deslocar 50 quilômetros do sentido, para ir até Londrina para depois lá pegar um Ônibus que passa em frente, ou passa em Tamarana, para ir a São Paulo, ou ao contrário, ele tem que ir a Londrina, pegar o ônibus que passa em frente Tamarana para vir a Curitiba.

É sem dúvida é um contrasenso que nós esperamos que o Governo do Estado através do DSTC possa corrigir e permitir melhores condições de acesso aos nossos municípios

do futuro Município de Tamarana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, nesta tarde de hoje, nós iremos dar entrada, junto à Mesa da Assembléia Legislativa, de um Projeto de Lei, que entendemos seja da maior importância para o nosso Estado do Paraná.

Diz respeito esse Projeto de Lei, sobre a realização de Auditorias Ambientais nas empresas existentes em nosso Estado.

E quero dizer que nós sempre tivemos em nossa atuação Parlamentar uma preocupação muito grande com os assuntos ligados ao Setor Agropecuário, mas também sempre tivemos com os assuntos ligados ao Meio Ambiente, até porque a atividade Agropecuária tem muito a ver com o Meio Ambiente, muito mais ainda as questões ligadas ao processo de Agroindustrialização e ao processo industrial, propriamente dito.

Por um desses acontecimentos que a vida nos propicia, acontecimentos bons, eu repito, no dia 26 de outubro de 1994, quando o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em exercício do cargo de Governador do Estado, tive a oportunidade de participar do 1º Encontro Estadual que tratava da problemática do Meio Ambiente, dentro dessa problemática tratava esse 1º encontro sobre auditorias ambientais.

E desde então, ouvindo técnicos do Poder Público Estadual, técnicos da iniciativa privada, assessorado pelo biólogo que faz parte da nossa equipe, Doutor Jorge Augusto Calado Afonso, nós estamos trabalhando nessa tese e na elaboração desse anteprojeto, que agora passa a ser um projeto de lei, e que irá disciplinar a realização de auditorias ambientais, com vistas a permitir que as nossas empresas possam obter o selo ISO 14000 e isto fazer com que as nossas empresas conquistem um espaço maior de competitividade, através da qualidade dos produtos que oferecem.

Além disso é mais uma oportunidade que teremos de ter assegurada a qualidade de vida e do meio ambiente que nos cerca porque afinal de contas, muitas vezes se exige um laudo do relatório de impacto ambiental, quando vai se construir uma determinada empresa, uma determinada rodovia hidrelétrica e posteriormente, nada mais se faz em termos de avaliar se aquela indústria, se aquela obra, se aquela estrada está respeitando as questões ligadas ao meio ambiente.

Da mesma forma que outros projetos já

foram aqui votados, ligados a área de meio ambiente, ligados a área do setor agropecuário, estamos propondo este projeto à discussão desta Casa, para que possamos a exemplo de outros Estados da Federação Brasileira, estarmos adequados a legislação hoje existente a nível nacional e internacional, estarmos dando condições de legislação para que as nossas empresas realizem essas auditorias ambientais sejam essas auditorias reconhecidas, e evidentemente assegurem também as nossas empresas uma melhor condição de competição no mercado nacional e internacional, através da obtenção do selo ISO 9.000.

O segundo assunto, peço ao Senhor Presidente que me conceda alguns minutos, diz respeito a manifestação que queremos fazer em apoio inclusive ao que já disse o Deputado Jocelito Canto.

Nós na última semana, estávamos já elaborando um documento, tínhamos providenciado as informações que precisávamos para que na condição de Presidente do Bloco Parlamentar Agropecuário desta Casa e sei com o consentimento, com o assentimento, com a concordância de outros tantos senhores Deputados, propor como estamos fazendo na tarde de hoje, um voto de congratulações ao Senador José Eduardo de Andrade Vieira, pelo importante trabalho que desenvolveu à frente do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária.

Tenho acompanhado desde os primeiros momentos o trabalho que procurou fazer José Eduardo à frente do Ministério.

Desde quando escolhido estava e ainda não Ministro empossado era, tive a oportunidade de participar de reuniões com o futuro Ministro da Agricultura, na Cidade de Ponta Grossa, onde pudemos debater os assuntos de interesse do setor agropecuário do Paraná e do Brasil.

E buscando as informações que gostaríamos de receber, fomos lá encontrar os assuntos principais que foram desenvolvidos sobre a gerência do Ministro Senador José Eduardo à frente da Agricultura.

O PRONAFE - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, a Securitização das dívidas agrícolas, a moralização da CONAB, o zoneamento agrícola e este com uma repercussão muito significativa para este momento importante para a triticultura nacional.

Mais uma vez agora queremos acreditar que se voltará o plantio do trigo em nosso território brasileiro, em especial, no Paraná e por isso o zoneamento do plantio de trigo é uma medida importante que adotou o Ministro.

A questão do selo verde, a questão do novilho precoce, a questão da carne com

qualidade; fruticultura irrigada; análise de risco e pontos críticos; central de atendimento, além evidentemente, de tantas outras medidas que foram adotadas no Ministério da Agricultura, pelo Governo Federal e que, vieram de encontro aos interesses do setor agropecuário. Dentre estas todas eu destacaria a participação efetiva que teve o Ministro junto à Bancada de Parlamentares do Congresso Nacional, com vistas a implantação da securitização da dívida dos produtores rurais. É bem verdade que, a securitização veio de forma tardia, beneficiando uma parcela dos produtores, mas beneficiou sim uma parcela dos produtores, que é significativa para o desenvolvimento econômico do nosso País.

A questão de zoneamento agrícola merece destaque, porque todos nós que temos o mínimo de vivência no campo, sabemos que é difícil e de fundamental importância as informações de solo, de clima, temperatura, chuvas, geadas, ventos para que uma lavoura possa ter o seu correto e perfeito desenvolvimento.

A questão do programa nacional da agricultura familiar que está implantado, mas se ainda não tem um desenvolvimento satisfatório, não é culpa da minha avaliação, das autoridades governamentais lá do Ministério da Agricultura e do Presidente da República, mas sim dos gerentes de banco a nível de cada cidade que, procura muitas vezes dificultar a liberação desses recursos.

Portanto, entendo que o Ministro, por mais que durante um ano e três meses e alguns dias, ele deixou lá suas marcas de trabalho, deixou lá ações positivas para o setor produtivo do nosso País. E, quero acreditar que, se hoje não plenamente reconhecido o seu trabalho, um dia, quem sabe, este reconhecimento virá da mesma forma que veio a securitização, que pode ser de uma forma tardia.

Então, estou apresentando um voto de congratulações, como Presidente do Bloco Agropecuário, e já subscrito por outros Senhores Deputados, e vamos consultar aqueles que ainda não assinaram, se desejam conosco também subscrever esse voto de congratulações ao Ministro do Paraná que, deixa aquele ministério, mas o deixa após contribuir com a agropecuária do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. ANGELO VANHONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, em que pese o apreço que tenho pelo nobre Deputado Orlando Pessuti, quero manifestar que a Bancada do PT votará contra este voto de congratulações do Peemedebista Orlando Pessuti ao ex-Ministro José de Andrade Vieira.

Se há algo que não aconteceu neste

País foi a agricultura do nosso País ter sido priorizada pelo Governo do Fernando Henrique Cardoso. E, muito se deve isto, Senhor Presidente, ao péssimo trabalho desenvolvido pelo Senador e dono do Grupo BAMERINDUS à frente do Ministério da Agricultura do nosso País.

Lamentavelmente nós temos que ficar felizes com a saída do Ministro José Eduardo de Andrade Vieira que é um paranaense do Ministério da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - PT com a palavra.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente, quero só reforçar as palavras do Deputado Angelo Vanhoni, da nossa alegria, do nosso contentamento em saber que o Paraná perdeu este Ministro. Não o Ministério, porque nós queremos sim que o Paraná tenha a sua representatividade a nível da União.

Nós representamos 6,8% do PIB Nacional, e gostaríamos de ver o Paraná bem representado. Nós nos contentamos com a saída, e, mesmo que, o Ministro José Eduardo foi substituído por outro homem ligado ao latifúndio, um outro homem ligado a Carajás, um outro homem que vai ajudar usineiros, que vai ajudar os latifundiários, mesmo sabendo que, o Ministério da Agricultura vai continuar sendo objeto de desvio, de corrupção, de má aplicação da coisa pública.

Deputado Eduardo Trevisan, nós ao mesmo tempo que lamentamos o continuísmo dessa política, somos obrigados a nos contentar com a saída do Ministro que teve um impulso muito grande, exatamente dos excluídos desta sociedade brasileira, que são os homens e mulheres, os filhos e as filhas dos compeoneses que foram criados sob o rigor de um regime militar excludente. E são, hoje, obrigados a pertencer a um sistema que dá o crédito àqueles que têm muito e não permitem crédito ao que tem pouco.

Deputado Orlando Pessuti citou uma série de programas e estou hoje, eu, tentando arranjar um financiamento a um pequeno agricultor de Maringá que planta 12 alqueires de alho, que dá emprego a 50 pessoas e sou obrigado a ouvir do gerente do Banco do Brasil - triste - ao me informar que o lobby do trigo fez com que hoje tivesse dinheiro sobrando para o trigo e nada dele pode ser desviado a qualquer outra cultura.

Estou mandando correspondência ao Secretário Hermas, à Superintendência Estadual do Banco do Brasil, à Superintendência Nacional do Banco do Brasil, às diretorias de crédito agrícola do Banco do Brasil exatamente porque o lobby dos latifundiários, que plantam trigo fizeram com

que todo dinheiro da poupança brasileira fosse carreado investimentos para a triticultura, mas, nenhum pouco desse recurso pode ser carreado a culturas que geram muito mais emprego, que geram muito mais renda, que permite distribuição e que não permite a concentração, como a fruticultura, que é a produção em pequenas propriedades que estão excluídas do processo de empréstimos bancários. Exatamente porque na nova visão que o Ministro José Eduardo conseguiu implementar no Banco do Brasil e, infelizmente, contra toda expectativa dos funcionários do Banco do Brasil à qual faço parte, que era um banco de fomento, de agilização do processo de empréstimo a pequenos proprietários, um banco que servia aos menos favorecidos acabou sendo durante a gestão daquele e provavelmente o será deste novo Ministro, um banco que fará empréstimos a juros, praticamente subsidiados, aos grandes agricultores e impossibilitará a entrada no processo dos pequenos agricultores.

Por isso discordamos, também, junto com o Deputado Ângelo Vanhoni e votamos contrário a este requerimento em nome da bancada. E felicitando o Presidente Fernando Henrique pela retirada de um banqueiro, infelizmente não podemos também felicitá-lo pelo novo nome que continua o mesmo trabalho.

Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (**Questão de Ordem**) -

Ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Vanhoni e do Deputado Emerson Neron e fiquei entristecido. Não tenho nada a favor do Ministro José Eduardo, não faço parte do seu Partido, não tenho procuração para defendê-lo, pelo contrário, já lhe fiz críticas quando achei necessário. Mas acho que no momento em que festejamos a saída do José Eduardo, estamos nos esquecendo que o Paraná está perdendo um Ministério...

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**) - Deputado Jocelito, isto não é motivo para Questão de Ordem!

O SR. JOCELITO CANTO - Mas o Deputado Vanhoni falou em Questão de Ordem e V. Exa. aceitou! Democracia, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**) - V. Exa. então conclua seu pensamento.

O SR. JOCELITO CANTO - Estou apenas dizendo que estamos perdendo Ministério e o pessoal está feliz! Está dando tiro para cima!

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**) - Encerrado o Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Vila Leonice - ALEALU, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 397/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que declara de Utilidade Pública Estadual a Fraternidade Feminina Amor e Doação com sede e foro no Município de Dois Vizinhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 535/95, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que declara de Utilidade Pública

a Associação João Paulo II, com sede e foro no Município de Santa Amélia - PR. COM PARECER DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 542/95, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Guarda Mirim de Moreira Sales, com sede e foro no Município de Moreira Sales. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 543/95, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente de Goioerê - ABEG, com sede e foro no Município de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1197, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.**

Para discutir com a palavra o Deputado...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)
A matéria está vencida, Vossa Excelência proclamou que está aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Essa Presidência considera o equívoco técnico do nosso engenheiro do som e adia na forma regimental.

(Discussões paralelas)

O SR. EMERSON NEFONE (Pela Ordem) - Quero me somar aqui ao Deputado Romanelli, pode até ter havido uma falha, pode haver uma contagem de votos, chamada nominal, qualquer coisa, mas adiar sem que o som, sem que o pedido tenha sido gravado, sem que a taquigrafia possa constatar.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - O requerimento estará em pauta amanhã e será discutido novamente.

O SR. EMERSON NEFONE - Senhor Presidente, mas já havia sido feita a votação, nós apelamos para que essa Presidência reconsidere. Se for assim não precisa colocar em votação, então, Senhor Presidente, porque não foi, foi votado, foi aprovado e o Senhor reconsiderou sem que faça parte do Diário da Assembléia Legislativa as palavras porque não foram gravadas.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero me associar as palavras dos dois Deputados aqui, que na ver-

dade o requerimento já havia sido aprovado.

Não houve falha de som, não houve falha técnica, fora proclamado pela Presidência a aprovação do requerimento. Quero que fique registrado esse posicionamento nosso, aonde com maior respeito à Mesa, na verdade já teria sido aprovado e votado atrás.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Essa Presidência registra o seu protesto.

Requerimento nº 1192, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. EMERSON NEFONE - Verificação de quórum, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a chamada dos Senhores Deputados.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, antes ainda que se processe a chamada nominal, em questão de ordem, gostaria de solicitar a Vossa Excelência que determinasse a publicação na pauta da Ordem do Dia, a partir de amanhã, onde irá figurar evidentemente por três sessões, de acordo com nosso Regimento dos Projetos de Lei nºs 61, 62 e 82, todos de 1996, que possuem Regime de Urgência aprovado por esta Casa, há mais de quinze dias, e ainda, não receberam parecer necessário da C.C.J..

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Presidência irá consultar o nosso Presidente Anibal Khury, para que possamos incluir esses projetos na Ordem do Dia.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para não criar uma polêmica em cima de um Requerimento que talvez, seja de fundamental importância, que possa trazer algum problema, mesmo porque a retificação do Deputado Péricles, solicita providências para a reforma da Escola Epaminondas Novaes Ribas, de Ponta Grossa, na solicitação da direção desde 1987.

Na verdade, iria pedir para discutir, mas o Deputado Belinati, teve problemas com o seu microfone, e não querendo desautorizar Vossa Excelência não vejo razão para se criar polêmica em cima desse Requerimento.

Gostaria de pedir a Vossa Excelência que considerasse a sua decisão inicial de manter aprovado o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - A ma-

nifestação de concordância de ambas as partes, não houve manifestação contrária nem de um lado, nem de outro.

Enfim, vamos rediscutir o Requerimento.

O SR. EMERSON NEFONE - Senhor Presidente, retiro o pedido de verificação de quórum.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Retiro também a rediscussão do meu voto de congratulações ao Ministro José Eduardo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Quería na verdade, Excelência, registrar o seguinte: esta Casa não pode ter dois pesos e duas medidas.

Vossa Excelência proclamou o resultado da votação do Requerimento, o Requerimento foi aprovado, Vossa Excelência voltou atrás e agora não pode novamente à luz que embora brilhante, disse o Deputado Algaci Túlio, Vossa Excelência não pode fazer isso.

Quero pedir verificação de votação, para ver se existe quórum para deliberar, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Não está em votação o Requerimento, portanto, não há razão do Deputado Luiz Claudio Romanelli, pedir verificação de quórum.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que faça a chamada dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Edgar Bueno) - Procede a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Procede a continuação da 2ª chamada nominal.

Esta Presidência suspende a chamada nominal dos Senhores Deputados por haver quórum.

Requerimento nº 1218, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.**

Esta Presidência vai se associar com o Deputado Nelson Justus, acho que a Casa por inteiro, porque Lafayette Queirolo muito fez pelo nosso Paraná.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, é para dizer que esta Casa concedeu numa proposição, se não me falha a memória do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, o Título de Cidadão Honorário ao companheiro Lafayette Queirolo, da mesma forma, a Câmara Municipal de Curitiba.

E nós todos, evidentemente, lamentamos profundamente o desaparecimento de Lafa-

yette Queirolo, que sempre fazia aquela figura, que todos nós, a maioria do seu tempo ainda de criança, ou mais jovens, víamos o famoso Chic-Chic e a sua Violeta.

Então, perdeu o mundo artístico uma figura realmente extraordinária, como terrestres também perdemos o companheiro José Vicente Gonçalves, homem de comunicação que tinha um rol de amizade muito grande aqui nesta Casa, Srs. Parlamentares, duas perdas irreparáveis para a sociedade curitibana.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Aprovado o Requerimento por unanimidade.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria que V. Exa. desse o mesmo tratamento que deu ao Requerimento do Deputado Péricles, a esse Requerimento de nossa autoria, fazendo com que fosse votado no dia de hoje o Voto de Congratulações ao Senhor José Eduardo de Andrade Vieira, ex-Ministro da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Requerimento nº 1230, de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti, Algaci Túlio, Luiz Carlos Alborghetti e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. HÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só para registrar a presença, na Sessão de hoje, do Vereador Moacir B., de Ouro Verde do Oeste, bem como do Valdir Antonio Cereza, Secretário daquela Prefeitura e do Antonio Ferraz que é Secretário do PDT daquele município, três pessoas estão presenciando esta Sessão e para nós Deputados é um motivo de satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Presidência associa-se com as boas vindas aos ilustres visitantes.

Esta Presidência atende o pedido do nosso Deputado Orlando Pessuti e não vê porque adiar um voto de congratulações ao Senador José Eduardo Vieira.

Em votação o Requerimento, os Srs. Deputados que aprovam permaneçam aonde estão. **Aprovado por unanimidade, com o voto contrário da Bancada do PT.**

Requerimentos nºs 1188 e 1189, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1217, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1224, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos n°s 1190, 1228 e 1229, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1191, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1199, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1202, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1203, de autoria dos Srs. Deputados João Techy e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1204, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1219, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1193, 1194 e 1198, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1195 e 1196, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1200 e 1201, de autoria dos Srs. Deputados Augustinho Zucchi e Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1207 a 1213 e 1216, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1205 e 1225, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1206, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1220, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1221 e 1223, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1222, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, com apoio dos Srs. Deputados Antonio Annibelli, Cezar Silvestri, César Seleme e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1214 e 1215, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1226 e 1227, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romaneli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Eduardo Trevisan, inscrito.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Na verdade apresentei um Requerimento que considero muito importante, que todos os Deputados tomem consciência dele até ajudem não só no seu encaminhamento. Encaminhei esse requerimento ao Presidente da Associação Comercial do Estado do Paraná, Sr. Eduardo G. Manoel, para que ele liderando todo o conjunto de comerciantes industriais, empresários enfim, do Estado do Paraná, tomem providências no sentido de atualizar o comportamento da classe empresarial do Paraná a esses novos tempos de economia estabilizada.

Estamos vivendo aí períodos de inflação 1% ao mês, mês passado e, 26%, esse mês um sobressalto por conta do reajuste dos combustíveis e da chegada das roupas de inverno, mas na média tem ficado abaixo de 1% e o nosso comércio ainda insiste em cobrar multas de 10% no pagamento das compras feitas no comércio em atraso. São comportamentos anacrônicos, são comportamentos de outros tempos e seria aceitável se nós ainda estivéssemos vivendo um período de inflação de 40, 50% ao mês, mas dado a nova realidade econômica, dado ao empenho que toda a sociedade brasileira está participando e o sacrifício que todos estão realmente empreendendo para nós ajudarmos a estabilizar a economia, é mais do que oportuno que a Associação Comercial e Industrial do Estado do Paraná tome providências. É aceitável uma multa "2%, 3%", como as que são aplicadas nos países do primeiro mundo. Agora multa de 10% nos pagamentos em atraso no comércio é querer voltar aos tempos de inflação alta.

A Associação Comercial e Industrial de Santa Catarina tomou providências, se uniu em todas as regionais e o comércio daquele Estado realmente atualizou a sua realidade hoje e a multa que se cobra lá, me pare-

ce que é de 2, 3%, salvo engano. Então eles estão dando uma contribuição importante para que de fato a economia se fortaleça na sua estabilização. E aqui no Paraná eu espero que a Associação Comercial e Industrial tenha inteligência e espírito patriótico de tomar essas providências.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só queria nessa oportunidade, deixar registrado nesse parlamento, que o Município de São José dos Pinhais, se tem alguma coisa Srs. Deputados, deve-se ao Governo Jaime Lerner, deve-se ao governo, aliás eu até cometeria uma injustiça, o Governo Requião fez muito por São José dos Pinhais, o Governo do Álvaro, o Governo do Ney e o Governador Jaime Lerner levou para São José dos Pinhais a Renault. E o prefeito daquele município acho que deveria lavar a boca quando falar no meu nome, no nome do Deputado Algaci, no nome do Deputado Chab. Ele tem uma dor de cotovelo tão grande porque o candidato dele perdeu a eleição para mim, para o Algaci e para o Chab e ele não se conforma!

E esse prefeito acha que nós três temos que resolver o problema do município. Temos que tapar buracos para a prefeitura, temos que dar dinheiro para o povo. O meu gabinete vive cheio da pobreza de São José dos Pinhais. Este ano já devo ter entregue umas 200 cestas-básicas, sei que não vou resolver o problema dando cesta-básica, o que tem que haver é geração de empregos. E ele tem que calar a boca porque o Governo Jaime Lerner está levando para lá emprego! Não é com cesta-básica que vamos resolver o problema do nosso povo, o problema da miséria. Ele é que tem que resolver o problema da miséria. Ele foi eleito para isso! Se ele não tem capacidade renuncie o mandato e vá procurar o caminhar de onde ele caiu.

E não admito que se fale o nome de nenhum Deputado deste Parlamento! Os 53 Deputados e a Senhora Deputada deste Parlamento, não somos, aqui, Deputados de Regiões, somos Deputados do Paraná. Estamos aqui para lutar por todas as camadas sociais do Paraná. Só este mês entreguei naquele município uma média de 70 cadeiras-de-rodas. Tenho tudo arquivado no meu gabinete remédios, óculos para crianças desamparadas do município dele. Ele não tem capacidade de fazer o trabalho de cidadania e ação social no seu município e agora vem criticar o Deputado Algaci, o Alborghetti, o Chab, o Anibal. Todos aqueles que fizeram voto lá. Ele acha que eu tenho que chegar lá...

Então ele que renuncie e eu assumo a prefeitura. Deputado nenhum, nenhum, eu rasgo o meu Diploma! É muito fácil chegar na época de eleição e ouvir candidatos que perderam a eleição e chegavam na minha cidade, dizer que iam abrir poço artesiano na calçada para dar água para o povo. Tinha outro que ia construir quadra de basquete dentro da Casa! Isso é uma palhaçada. Político que faz isso, para mim, não tem um pinga de vergonha na cara.

Agora dizer que... ele perdeu a eleição com o candidato dele, não teve prestígio para eleger seu candidato. O problema não é meu, o problema é do povo que gosta de mim porque tenho vergonha na cara e trabalho. Em meu nome, em nome do Deputado Algaci Túlio, em nome do Deputado Ricardo Chab fica aqui o meu protesto. Quando falar no meu nome tem que lavar a boca, porque eu presto, eu trabalho e não devo satisfações a vagabundo nenhum neste Estado e neste país.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, diante da manifestação do Deputado Alborghetti, quero agradecer a sua solidariedade ao meu nome e dizer que lamento, profundamente. Porque exatamente ontem fui atender o pedido da comunidade do Jardim São Marcos, na saída de São José dos Pinhais, e lá há uma escola, a Escola Estadual Chico Mendes que em 1994 do Governo anterior, foi assinado um convênio e repassada a verba para o prefeito fazer - em convênio com o Estado, aquela escola. E lá estive, fui recebido pela direção da escola, pela Associação de Pais, por Vereadores que pediram a minha interferência local. Porque já na semana passada, alunos, professores fizeram manifesto diante da sede do Município de São José dos Pinhais, e o prefeito tem jogado a culpa no Governo do Estado que não fez a obra. Na verdade ele assinou um convênio com o Governo do Estado, se ele recebeu a verba para isso, ele é quem deveria ter tocado a obra.

No entanto além disso, nesse Governo já, ocorreu um aditivo de 80.000 reais em cima desta obra que apenas foi iniciada com estaqueamento e que já está quase que completamente deteriorada e a escola não acontece e o Prefeito tem tentado colocar a culpa em cima da classe política atual do Estado e em cima do Governador, então eu quero me associar a esta manifestação do Deputado Alborghetti, que coincidentemente ontem provavelmente na hora em que ele fazia esta manifestação de crítica a nós Parlamentares, eu estava no Município do Prefeito tentando resolver um problema que ele não resolve, e curiosamente neste mesmo jornal aparece uma comunicação da

Prefeitura dizendo que rescindiu, e aqui que a coisa é estranha Senhor Presidente, rescindiu com a Empreiteira.

Lê: "Extrato de Termo de Rescisão Contratual". Município de São José dos Pinhais com firma Sakri Construções Civis Ltda. Rescisão do contrato de empreitada nº 007/95 - SMVOP, firmado em 21.08.95, o qual tinha por objeto a construção em alvenaria da Escola Chico Mendes. Quer dizer, ganhou esta empresa a licitação, iniciou as obras, abandonou, a empresa faliu e o Prefeito até agora não tomou nenhuma providência. Está dada a população e eu pude constatar ontem constrangimento na verdade, e hoje já pedi providências à FUNDEPAR muito embora a FUNDEPAR esteja fazendo tudo que está ao seu alcance, tanto que deu agora um aditivo de 80.000 reais. Deputado, por sugestão, mande a sua equipe de reporteres à Escola Chico Mendes, no Jardim São Marcos, em frente à Artex na BR, para constatar crianças estudando debaixo de uma cobertura que dá acesso para o pátio. No verão enfrentavam o calor, no inverno vão enfrentar o vento, a chuva o frio.

Então isto está aqui registrado, diante deste fato nós estamos tomando providência com relação ao descaso do Prefeito de São José dos Pinhais. Eu queria aproveitar para fazer este registro que é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 475/95.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 544, 555, 559 e 560/95; 013 e 031/96.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 07 DE MAIO DE 1996.

"Pronunciamento do Senhor Romeu José Massignan, por ocasião da inauguração do novo terminal portuário da Cooper Grão em Paranaguá."

Fé, amor, crença, otimismo, luta, perseverança, coragem, trabalho.

Fé em Deus.

Amor à família.

Crença nas pessoas.

Luta por um ideal.

Perseverança nas atitudes e ações.

Coragem para enfrentar obstáculos.

Trabalho com esmero.

Poderia aqui nominar outras tantas razões pelas quais as pessoas movem, orientam, conduzem suas vidas.

Considero no entanto, estas como basilares do ser humano. Animado por estes princípios e ancorado na confiança do Governo Jaime Lerner, com o qual se descortina um novo horizonte para o nosso Estado do Paraná, é que decidimos pela construção deste empreendimento.

Numa época de ajuste da economia, face à implantação do Plano de Estabilização, um investimento deve ser cuidadosamente planejado, e requerer uma pitada de ousadia ou quem sabe de loucura.

Respalhado pela experiência de vinte e cinco anos no setor moageiro de trigo, conhecedor das dificuldades dos moinhos e dos importadores de grãos no tocante as operações portuárias, fomos buscar soluções e alternativas que atendessem as necessidades destes usuários.

Procuramos dotar esta obra, desde o Projeto, da melhor tecnologia disponível no Mercado Nacional e Internacional.

Um parâmetro norteou nossos passos na escolha dos fornecedores: Qualidade e Tecnologia.

Assim, conseguimos somar à boa qualidade do Projeto e dos materiais empregados, uma tecnologia que oferecesse diminuição de custos operacionais.

Numa época em que as empresas buscam fórmulas para ajustar os seus custos, entendemos que a logística integrada, voltada a serviço do transporte, descarga e armazenagem de grãos, torna-se ferramenta preciosa para a implementação de redutores de despesa.

Esta é a parceria que pretendemos oferecer a todos os nossos clientes.

Foi através da parceria que conseguimos viabilizar a realização desta unidade, seja com a Rede Ferroviária Federal, que disponibilizou a área do terreno para construção desta unidade seja a oferecida pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, que canalizou recursos do BNDES para este investimento.

A estas parcerias, somaram-se as da Construtora Zortea, da D.D.G. Eletro Mecânica, da Tecno Moageira, da T.R.W. da N.W.M., e do nosso consultor, engenheiro Eliel Lopes Ferreira da empresa Brika.

Pessaltamos o apoio decisivo do Superintendente Jose Anibal Petraglia e de toda a Diretoria da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Também da Prefeitura Municipal de Paranaguá, sempre atenciosa em seu atendimento.

Gostaria de salientar que o Projeto foi idealizado no mês de abril de 1995, e após tratativas e negociações com os fornecedores, iniciamos as fundações no mês de setembro passado.

Conseguimos, portanto, concluir estas primeiras 24.000 toneladas de armazenagem, num prazo de sete meses, sem nos descuidarmos com o detalhamento do conjunto como um todo.

O último silo de 9.000 toneladas e os equipamentos restantes, deverão estar operativos nos próximos 45 dias.

Com o total de 33.000 toneladas de estocagem, simultâneas de descarga para dois tipos de produtos ou clientes e carregamento para um terceiro.

Possuímos equipamentos para descarga de navios cujas capacidades somam um total de 1.160 toneladas hora, dentre os quais, dois destes, que os Senhores podem visualizar aqui próximos, são móveis e têm capacidade para 200 toneladas hora cada um.

Com a somatória destes equipamentos, podemos atingir de imediato, a média diária de 7.500 toneladas.

Após a implantação da fita de transporte, interligando o porto ao nosso terminal, esta média será ampliada para 15.000 toneladas de descarga dia.

Contamos ainda com geradores de energia, guindaste para posicionamento dos equipamentos a bordo, máquinas de recheio de porões, enfim, todos os equipamentos necessários a uma ágil descarga de navios.

Por outro lado, todos os equipamentos da unidade de armazenagem são gerenciados por computador, e o fluxo dos caminhões e dos produtos são acompanhados por câmeras de televisão.

Contamos também com um inédito sistema de emissão de notas fiscais a laser, que dispensam os antigos blocos de notas e formulários contínuos.

Mas o que temos de mais valioso é a nossa mão-de-obra, a nossa equipe de trabalho, altamente especializada, preparada para oferecer as soluções que cada cliente espera, com o máximo de profissionalismo e empenho na execução de suas tarefas.

Vimos para o Porto de Paranaguá, com a intenção de somar esforços a tantos que aqui labutam, propiciando mais empregos e oportunidades.

Temos o espírito da conciliação e da parceria, somos uma empresa de negócios, aberta a qualquer tipo de consulta ou trabalho, competitiva, franca e transparente.

Agradeço a todos os Senhores e Senhoras, que com suas presenças nos enchem de orgulho e contentamento, aos Companheiros moageiros do Paraná, Santa Catarina, São

Paulo, Rio Grande do Sul, enfim de todo o Brasil.

Aos amigos empresários, das mais variadas atividades, que se deslocaram desde longínquos pontos do país e também do exterior, numa demonstração de carinho e amizade.

As autoridades, municipais, estaduais e federais aqui presentes.

A toda a minha equipe, pelo trabalho e dedicação constantes.

Em especial a dois amigos, sem os quais certamente esta obra perderia um pouco do brilho, ao engenheiro Jose Luis Bagio e ao engenheiro Darlei Grando, que com garra e criatividade ofereceram tantas soluções a quantos foram os problemas.

Agradeço finalmente a Deus, fonte de toda a minha força, proteção e sustento da minha alma e do meu coração.

Muito obrigado.

(a) ROMEU JOSÉ MASSIGNAN - Diretor

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 091/96

conceder a MARIA DE LOURDES GOMIDE MAFRA MAGALHÃES, matrícula n° 0011, ocupante do cargo de Taquígrafo "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do art. 247, parágrafo único da Lei n° 6.174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 2° quinquênio, compreendido entre 09 de janeiro de 1988 e 09 de janeiro de 1993.

(Prot. n° 12.367/95)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 092/96

conceder aposentadoria compulsória por invalidez, de acordo com os artigos 139, 224 e parágrafo único, e 235 da Lei n° 6.174/70, a JOÃO MARIA BORGES, matrícula n° 40243, funcionário deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo "A" - nível 61, com vencimentos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de um (01) adicional de acordo com o art. 170 e parágrafo único da citada Lei n° 6.174/70, tendo em vista o parecer 198/95, da Procuradoria Geral do Estado, no sentido de que os benefícios do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, só poderão ser concedidos ao funcionário efetivo após o cumprimento do tempo estabelecido, resultando em proventos de ina-

tividade conforme informação de fls. 06, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, da Diretoria de Pessoal da Casa.

(Prot. n° 12.953/95)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 093/96

exonerar, a pedido, RICARDO AUGUSTO REIS DE MACEDO, do cargo de Advogado, funcionário do Regime Jurídico Único, desta Assembleia Legislativa, a partir de 24 de abril de 1996.

(Prot. n° 3416)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.04.96.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

1° Secretário

NELSON GARCIA

2° Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N° 34/96

conceder, a STELA MARIS AGUIAR MACHADO, funcionária deste Poder, cento e vinte (120) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 10.04.96 a 08.08.96.

(Prot. n° 3621)

PORTARIA N° 35/96

conceder, a JULIETA BERGER, funcionária

Curitiba, terça, em 07.05.96

deste Poder, sessenta (60) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 20.02.96 a 20.04.96.

(Prot. n° 2983)

GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 06.05.96.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Ata do Sindicato dos Servidores Públicos da ALEP:

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA: 17 de maio de 1996.

HORA: 10.00 horas.

LOCAL: Plenarinho.

PAUTA: Renúncia de Diretores.

Na qualidade de vice-Presidente do Conselho Fiscal, considerando as renúncias do Presidente da Diretoria Executiva e do vice-Presidente, respectivamente José Rosa Filho e José Carlos Pereira Paiva, bem como a ausência do Presidente do Conselho Fiscal...

Convoco Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Servidores Cíveis da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em primeira convocação no horário acima e em segunda convocação meia hora após, com qualquer número de presentes, para decisão sobre o assunto da pauta.

Curitiba, 06 de maio de 1996.

(a) ANTONIO LOPES

Vice-Presidente do Conselho Fiscal